

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
CURSO DE LETRAS

SHIRLEY RODRIGUES DA SILVA

AS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO DE PONTES E LACERDA ESTÃO
MOBILIZADAS E PREPARADAS PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM?

PONTES E LACERDA – MT

DEZEMBRO DE 2012

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
CURSO DE LETRAS

AS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO DE PONTES E LACERDA ESTÃO
MOBILIZADAS E PREPARADAS PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM?

Trabalho apresentado como avaliação
parcial da disciplina de Pesquisa em
Letras - TCC sob orientação da Prof.^a
Dr.^a Rosely A. Romanelli. Elaborado
pela acadêmica Shirley Rodrigues da
Silva.

PONTES E LACERDA – MT
DEZEMBRO DE 2012

SHIRLEY RODRIGUES DA SILVA

AS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO DE PONTES E LACERDA ESTÃO
MOBILIZADAS E PREPARADAS PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM?

Aprovada em: 05 de Dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rosely A. Romanelli

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Teresa de Pazos da Silva

Examinadora

Prof.^o Esp. Antônio Gomes

Examinadora

Agradecimentos

A Deus em primeiro lugar, porque me deu a vida e fez com que eu tivesse o privilégio de frequentar este curso.

A minha **família**, pois sempre estiveram ao meu lado. **Ao meu namorado** que pelo pouco de tempo que estamos juntos sempre me apoiou e me ajudou na hora em que precisei.

As minhas amigas e companheiras **Gracielly, Lucineide, Lucilene e Queila**, que sempre me ajudaram e enfrentaram comigo os momentos difíceis.

A minha querida professora **Marinei de Almeida**, que me deu força, me apoiou e me ajudou quando estive a ponto de desistir, serei eternamente grata.

Em especial, minha orientadora **Prof.^a Dr.^a Rosely A. Romanelli** por sua atenção, compreensão, gentileza e disposição.

Dedicatória

A Deus, a minha querida mãe Rosana que sempre esteve do meu lado me dando força, aos meus irmãos Cleberson e Obede, aos meus filhos Wéndril e Lukas Gabriel que tive que deixar sozinhos várias vezes quando precisei estudar, ao Luciano que apesar de não estarmos juntos hoje, me ajudou muito enquanto estivemos casados, sempre foi muito e paciente comigo. As minhas companheiras de faculdade em especial Gracielly, Lucineide, Lucilene e Queila que estiveram presentes no momento em que mais precisei e a minha amiga Cristiane que sempre cuidou dos meus pequenos quando eu precisei fazer meus trabalhos.

Resumo

Esta pesquisa objetiva analisar se as escolas municipais e estaduais do ensino fundamental do município de Pontes e Lacerda estão mobilizadas e preparadas para processo de ensino/aprendizagem de pessoas com deficiências. Em nível mais específico procurou-se observar se as escolas construíram e/ou estão dispostos a construir meios e recursos para que as pessoas com deficiências possam ter acesso a aprendizagem que por lei lhes é garantido. Neste sentido, observa – se, se as escolas possuem local apropriado para o atendimento destes alunos, isto é, a sala de recursos multifuncional, até mesmo a acessibilidade dentro da escola. Se têm profissionais capacitados para o atendimento Educacional Especializado e se os professores comuns, familiares, o município e o Governo estão fazendo a sua parte.

Palavras chaves: Escolas, inclusão escolar, professores comuns, professores de AEE, família.

SUMÁRIO

Resumo	
Introdução.....	07
1. Atendimento Especializado em Educação – leis nacionais, compromissos mundiais e novas atitudes.....	09
1.1–A Escola Inclusiva.....	09
1.2 – O Projeto Político Pedagógico.....	14
1.3 – O Dever do Estado.....	17
2. Conversando com as professoras do Atendimento Educacional Especializado ..	21
2.1 – A Sala de Recursos Multifuncionais.....	21
2.2 – Análise das Entrevistas.....	23
2.2.1 – O trabalho Docente Especializado.....	23
2.2.2 – Buscando por Profissionais Especializados.....	29
2,3 – A Relação entre Pais e Professores.....	32
3. Considerações Finais.....	39
Referências	
Anexos	

Introdução

Acredita-se que no Brasil e também em outros países, A Educação Especial, tem passado por um processo exclusivo. Leis foram implantadas no decorrer dos anos, estas refletindo sobre a educação inclusiva. Leis como a LDB (1996), a declaração de Salamanca (1994), a convenção de Guatemala (2001), entre outras. Todas vêm defendendo o direito do acesso de crianças com deficiência nas escolas. O direito que elas têm, de ter uma educação adequada, de qualidade e principalmente sem discriminação, isto é, a criança sendo deficiente ou não, deve ter acesso ao ensino/aprendizagem independentemente de sua cor, raça, cultura, sexo e religião.

Sabe-se, que há muitos anos vem sendo debatida a famosa questão das escolas inclusivas, muitos autores renomados e estudiosos falam sobre este assunto. Como será visto mais adiante no desenvolver deste trabalho.

No decorrer desta pesquisa objetiva-se observar e analisar se as escolas do ensino básico da cidade de Pontes e Lacerda estão preparadas para o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência, tanto na aprendizagem, quanto na acessibilidade.

Nesse sentido, consideramos ser de relevante importância este estudo, pois verificaremos se as escolas estaduais e municipais do ensino básico estão adequadas e/ou pelo menos sensibilizadas com a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais.

A metodologia se baseia numa abordagem qualitativa que busca averiguar como está a preparação das escolas para o atendimento educacional especializado das pessoas portadoras de deficiência. Para tanto, foi feita uma análise dos resultados obtidos através das entrevistas para detectar se há essa preocupação ou não das instituições de educação com os PNE.

No primeiro capítulo, serão abordadas as leis que amparam as pessoas com deficiência e que asseguram a elas o acesso e a permanência na escola sem que sejam discriminadas. Fala-se da família e suas rejeições, da não aceitação da deficiência, de pais que não compreendem o trabalho diferenciado dos professores especializados. Também neste capítulo abordar-se-á o dever do Estado para com a Sociedade, se estão fazendo o que lhes compete.

No segundo capítulo, mostrar-se-á a análise das entrevistas, os comentários dos professores especializados a respeito da educação inclusiva, na qual entra a questão do preparo do professor comum e como se comportam diante desta situação (inclusão escolar), as verbas disponibilizadas pelo governo e a ajuda do município, a acessibilidade das escolas, a

parceria entre os professores e os pais dos alunos portadores de necessidades especiais (PNE).
Por fim, as considerações finais que concluem com os resultados obtidos.

Capítulo 1 – Atendimento Especializado em Educação – leis nacionais, compromissos mundiais e novas atitudes

1.1 – A Escola Inclusiva

Discute-se na atualidade acerca da inclusão escolar, fala-se muito a respeito do direito a educação de pessoas com deficiências. Fala-se sobre as igualdades de condições de acesso e frequência destas nas escolas. Porém, após tantos anos de discussão e debate já não é hora de começar a colocar em prática este projeto? Os educadores estão cientes de que existem leis que amparam as pessoas com deficiências. E uma delas é o Decreto nº 6.571, de 11 de setembro de 2008; “dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do artigo 60 da Lei nº 9.394/96, e acrescentando dispositivo ao Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007”. Sendo este decreto de nº 6.571 revogado pelo decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. E este “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências”.

No entanto, sabe-se que não é e nem será fácil fazer com que todas as escolas aceitem facilmente este desafio, mas é um desafio que precisa ser enfrentado para que haja mudança, para que haja de fato uma educação para todos sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Só assim se terá uma educação de qualidade e se aprenderá a conviver com a sociedade aceitando e respeitando as diferenças.

Neste capítulo mostrar-se-á a visão de alguns autores acerca do assunto que propusemos analisar, isto é, como as escolas vêm encarando a inclusão escolar. Para apoio teórico, tomar-se-á como base, Maria Tereza Égler Mantoan, com seu livro, *INCLUSÃO ESCOLAR, O que é? Porque? Como fazer?* A coleção *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar*, (cujos autores citam-se apenas os primeiros de cada fascículo) são eles:

Edilene Aparecida Ropoli, Adriana Leite Lima Verde Gomes, Celma dos Anjos Domingues, Carla Barbosa Alvez, Ismênia Carolina Mota Gomes Bosco, Mara Lúcia Sartoretto, Lília Giacomini, Amanda Meincke Melo, José Ferreira Belisário Júnior, entre outros. Assim também como algumas leis: a LDB (1996), A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2007), publicada pelo MEC, a Declaração de Salamanca (1994), entre outros documentos que aparecerão neste trabalho.

Para iniciar, pretende-se falar sobre a inclusão escolar sob a visão de Mantoan, (2003). Conforme a autora a escola muitas vezes ainda confunde integração com inclusão, uma coisa que já deveria estar bem esclarecida no âmbito escolar. São dois vocábulos que se assemelham significativamente, mas devem ser usados para expressar situações de inserção diferentes. Por exemplo, a integração como afirma Mantoan, (2003. p.14) “Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção”. Já inclusão,

[...] esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p.14)

Nesse sentido, será que se pode dizer que as escolas, achando que estão incluindo, estão apenas integrando estes alunos com deficiências? Pois incluir não significa o aluno estar em uma sala de aula do ensino regular, mas estar na sala de aula do ensino regular e se tornar participante ativo em todas as atividades, aprendendo e se expressando de diversas maneiras. Vê-se que a inclusão não deixa nenhum educando de fora, sendo este deficiente ou não. Já a integração separa os alunos de acordo com sua capacidade de inserção.

Sabe-se que o mundo está repleto de seres humanos que são diferentes entre si e não é preciso nenhuma teoria para provar isso. Cada um deles tem desejos, vontades, sonhos e realidades diversificadas, às vezes podem até passar por problemas semelhantes, mas cada um enfrenta de forma diferente estes problemas. As escolas precisam estar cientes de que cada aluno é diferente independentemente de serem deficientes ou não, e é ela que precisa repensar sua maneira de ensinar e tentar entender que por serem pessoas diferentes também aprendem de forma diferente, por isso o professor deve inovar seus conhecimentos e as escolas os seus sistemas educacionais.

As escolas precisam estar preparadas para as diferenças, aceitar as inovações que vem surgindo, pois se sabe que não é fácil, mas existe a necessidade do novo. Também sabe-se que as escolas, assim como seus professores se sentem ameaçados por esse novo. E de acordo com Mittler, (2000):

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exagerara nessa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos (Mittler, 2000, apud Mantoan, 2003, p.14).

Vive-se em um mundo que se modifica a todo o momento e a escola precisa acompanhar esta mutação. Mesmo que não se perceba, se está convivendo e envolvendo com muitas coisas novas. Por isso é preciso renovar os conceitos e adotar o novo dentro e fora das escolas para “não sucumbir à morte, à degradação do tempo, à decrepitude da vida” (MANTOAN, 2003).

Sabe-se que o as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais são amparadas por leis. A Declaração de Salamanca (1994) defende que: “toda criança tem direito ao ensino fundamental de qualidade. As escolas precisam dar oportunidades a estas crianças, atendendo as necessidades de cada uma” (p. 1).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo MEC (2007) a constituição de 1988 também defende o direito que estas pessoas têm de se matricular e estudar numa escola sem serem discriminados, ou seja, a criança sendo deficiente ou não, terá acesso ao ensino/aprendizagem independentemente de sua cor, raça, cultura, religião, origem, idade, sexo ou deficiência. Nesse sentido, os professores precisam entender que cada aluno tem suas características, seus interesses e habilidades diferenciados entre si. Sendo assim, os sistemas de educação poderiam implementar programas educacionais que levassem em consideração as diferenças de cada aluno e suas necessidades.

Na Declaração de Salamanca, (1994) é proclamado que:

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, - escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; [...] (p.1)

Diante do exposto, será que as escolas vêm sendo capazes de satisfazerem as necessidades destes alunos? Será que sabem o verdadeiro significado da inclusão escolar? Pois, como se viu na citação acima, uma escola que possui orientação inclusiva adota meios

para combater a discriminação, cria comunidades acolhedoras e constrói uma sociedade que além de ser inclusiva, busca uma educação para todos.

A escola regular pode ser considerada inclusiva, quando ela aceita as diferenças de cada aluno e quando ela busca a participação de todos, exemplo, pais, coordenadores professores, etc. e quando ela adota novas práticas educacionais. Sabe-se que não é fácil, mas também não é impossível.

Ressalta-se que a inclusão rompe com o sistema de ensino tradicional. A escola inclusiva não busca modelos ideais de alunos. Mas o que vem acontecendo, de acordo com Mantoan (2010), é que as escolas vêm buscando alunos ideais e separando estes em normais e deficientes. Como podemos ver;

Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que divide os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino, as categorias profissionais, que nela atuam. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista própria do pensamento científico moderno que ignora o que é subjetivo, afetivo, criativo, elementos vitais e sem os quais não conseguiremos romper com o velho modelo escolar e fazer a reviravolta que a inclusão propõe. (MANTOAN, 2010, p.4)

Mantoan, (2010), afirma que as escolas estão manifestando a exclusão das mais diversas e perversas formas e tudo isso porque muitos ignoram o conhecimento que ela tanto valoriza. Sendo assim, não reconhecem os novos saberes que adentraram em seu espaço. Diante do exposto:

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais ensina. E muito menos desconhecer que aprender implica em produzir novos significados e saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, representando o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos. Precisamos reverter esta situação crítica, marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos alunos, que são marginalizados pelo insucesso e pelas privações constantes vividas na escola e na sociedade. (MANTOAN, 2010, p.3)

As escolas precisam reformular seus planos para se ter uma educação plena e sem preconceito. Escolas que sejam capazes de reconhecer as diferenças entre as pessoas. Pois, como afirma Mantoan, (2010, p. 5) “Uma escola para todos requer que se adotem pressupostos teóricos compatíveis com seus princípios educacionais”. Conforme a autora, “A proposta escolar inclusiva difere muito daquela que é típica das escolas tradicionais, em que ainda atuamos e em que fomos formados para ensinar”.

Escola inclusiva é aquela que busca recursos para atender seus alunos, é aquela que não deixa nenhum aluno no exterior do ensino regular. Conforme Mantoan, (2003, p.15)

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos.

De acordo com Mantoan, (2010), a constituição de 1988 além de celebrar o direito das pessoas com deficiências a educação, também acrescenta o direito destas ao atendimento educacional especializado (AEE). Para tanto, as escolas podem adotar o AEE. Este atendimento não irá substituir o ensino escolar comum, mas sim complementá-lo e atender as necessidades do educando, facilitando assim a aprendizagem deste.

Vê-se no texto de Mantoan (2010), que não só a Constituição de 1988, mas também a Convenção da Guatemala¹ (2001) asseguram de forma bastante clara que os alunos com deficiência têm direito ao acesso à escolarização nas escolas regulares.

O Atendimento Educacional Especializado foi fundamentado pela LDB desde 1961, também reivindicando o direito de pessoas com deficiências. Assim, pode-se dizer que a educação para pessoas especiais vem sendo apoiada e decretada por muitas leis como: a LDB, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) e a RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009, publicadas pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), a Convenção de Guatemala, Declaração de Salamanca, entre tantas outras. Mas será que AEE foi ou será adotada e aprovada pela escola? Será que a inclusão escolar tem feito parte do Projeto Político Pedagógico?

Mantoan, (2010) afirma que:

Com as *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*, publicada pela Secretaria de Educação Especial – SEESP / MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico da Escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças. Nesse sentido, é preciso planejar, organizar, executar e acompanhar

¹ “Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala. O Brasil é signatário desse documento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001 e promulgado pelo Decreto nº 3.956 de 08 de outubro de 2001, da Presidência da República. A Convenção referida tem valor tanto de lei ordinária como norma constitucional, porque se refere a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana.” (Mantoan, 2010,p.6)

os objetivos, metas e ações traçadas, em articulação com as demais propostas da escola comum.

A democracia se exercita e toma forma nas decisões conjuntas do coletivo da escola e se reflete nas iniciativas da equipe escolar. Nessa perspectiva, o AEE integra a gestão democrática da escola. No PPP, devem ser previstos a organização e recursos para o AEE: sala de recursos multifuncionais; matrícula do aluno no AEE; aquisição de equipamentos; indicação de professor para o AEE; articulação entre professores do AEE e os do ensino comum e redes de apoio interno e externo à escola. (p.23)

1.2 – *O Projeto Político Pedagógico*

Diante do exposto, será que o PPP – Projeto Político-Pedagógico das escolas do ensino básico inclui o Atendimento Educacional Especializado que é previsto pelas Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional? Se estiver, será que se segue o que está proposto no PPP? Segundo Mantoan, (2010),

A exigência legal do PPP está expressa na LDBEN - Lei N°. 9.394/96 que, em seu artigo12, define, entre as atribuições de uma escola, a tarefa de "[...] elaborar e executar sua proposta pedagógica", deixando claro que ela precisa fundamentalmente saber o que quer e colocar em execução esse querer, não ficando apenas nas promessas ou nas intenções expostas no papel. (p.14)

Essa é a parte das escolas, mas elas sozinhas não conseguirão alcançar a tão desejada escola para todos. Elas precisam da ajuda da comunidade para escolherem juntas o caminho que mais rápido as levará ao que se pretende. Por isso é preciso apoiá-las. Quando se fala deste apoio, fala-se de pais, professores e educadores em geral que sabem que trabalhando em união as decisões a serem tomadas serão bem mais eficientes.

Pois, ao apoiar e planejar juntamente com a escola a forma como seus filhos aprenderão, vão cooperar para uma melhora na qualidade do ensino e ao mesmo tempo estarão cientes de como as escolas estão trabalhando para melhor atender as necessidades de cada criança sendo ela deficiente ou não.

Mantoan (2003) afirma que, muitos pais ainda presos ao tradicionalismo do ensino estão rejeitando a inclusão e isso afeta muito os professores, pois estes ficam receosos em perder o espaço que conquistaram.

Pode-se dizer que estes pais só agem assim porque não sabem o que significa este projeto, acham que se seu filho for tratado de forma diferente, ou seja, se a escola utilizar um

recurso que facilita a aprendizagem deste aluno, o pai logo acha que seu filho está sendo excluído. Mas a inclusão não é assim, os recursos utilizados não são somente para as crianças que tem deficiência mental ou física. Estes recursos são ou podem ser utilizados com crianças que tem dificuldades na aprendizagem por algum motivo outro. Pois, como já foi dito acima estes recursos utilizados pela escola inclusiva não são para substituir o ensino regular, mas para complementar este ensino. Como vemos no texto, “O desafio das diferenças nas escolas” publicado pelo MEC (2006):

Temos o dever de oferecer escola comum a todos os alunos, pois a escola especial os inferioriza, discrimina, limita, exclui, mas também de garantir-lhes um atendimento educacional especializado paralelo, complementar, de preferência na escola comum, para que não sejam desconsideradas as especificidades de alguns aprendizes, quando apresentam alguma deficiência. Em uma palavra, a escola comum não pode ser substituída pela escola especial, no que diz respeito ao ensino acadêmico, pois sua função é complementar o ensino escolar comum. (p.25)

Sendo assim, o atendimento educacional especializado veio para facilitar o ensino aprendizagem do alunado, assim como, fazer com que os alunos se adaptem às exigências do ensino comum sem substituí-lo.

Conforme Mantoan, (2003) também existem pais que são contrários à inclusão porque seus filhos não possuem nenhum tipo de deficiência, por isso acham que as escolas ficarão piores do que são e do que estão se começarem a trazer pessoas com deficiência para o espaço escolar. Não percebendo assim a importância do projeto de inclusão.

A inclusão pode ser trabalhada de diversas formas. Mas quem em primeiro lugar precisa enxergar isso são os educadores, buscando aprimoramento, meios e recursos, enfrentando os desafios que são muitos, pesquisando, questionando e investindo com vontade neste projeto que há muitos anos vem sendo motivo de discussão, mas ainda pouco resultado foi obtido. Como afirma Mantoan;

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal.

As soluções sugeridas para se reverter esse quadro parecem reprisar as mesmas medidas que o criaram. Em outras palavras, pretende-se resolver a situação a partir de ações que não recorrem a outros meios, que não buscam novas saídas e que não vão a fundo nas causas geradoras do fracasso escolar. Esse fracasso continua sendo do aluno, pois a escola reluta em admiti-lo como sendo seu. (2003, p. 17)

Face ao exposto, será que as escolas sabem da importância do ato de incluir? Sabem o que é inclusão? Pois como se vê acima, muitas escolas marcadas pelo fracasso na aprendizagem rotulam seus alunos como mal nascidos, não aceitando que o fracasso destes alunos também é culpa da própria escola, pois não buscam novos meios para resolver as causas que geram tanto problemas na aprendizagem.

Caso se queira uma sociedade inclusiva é preciso lutar, insistir, persistir e principalmente acreditar que se é capaz de inovar e combater o preconceito, começando dentro das escolas. Pois é muito fácil o professor receber dentro da sala um aluno que aprende facilmente e repassar alunos com deficiência para escola de classes especiais. E os que têm dificuldade de aprender são indicados para aulas de reforço ou aceleração. E assim vão tirando de si toda a responsabilidade para com o aluno.

Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais. (MANTOAN, 2003, p. 26)

Na verdade as escolas foram pegas de surpresa pela nova proposta que é a inclusão.

É como se o espaço escolar fosse de repente invadido e todos os seus domínios fossem tomados de assalto. A escola se sente ameaçada por tudo o que ela mesma criou para se proteger da vida que existe para além de seus muros e de suas paredes — novos saberes, novos alunos, outras maneiras de resolver problemas e de avaliar a aprendizagem, outras “*artes de fazer*” (MANTOAN, 2003, p. 27)

O que acontece é que algumas escolas se acomodaram, estão acostumadas à mesmice e mudar agora seria muito trabalhoso. O pessimismo de muitos professores acaba não deixando a educação acontecer. O que é preciso fazer é deixar a descrença de lado e lutar por aquilo que fará uma grande diferença na aprendizagem. Devemos pensar que a inclusão é a oportunidade para os alunos, pais e professores mostrarem sua capacidade e suas responsabilidades diante da educação.

Como já apontamos acima os pais podem ser grandes aliados neste processo de inovação das escolas. Eles podem ser a base que irá fortalecer esse projeto.

Procuramos mostrar que a parceria entre professor da classe comum, do atendimento educacional especializado e a família do aluno contribui para que os recursos cumpram a sua função: eliminar barreiras que impeçam qualquer aluno, em qualquer ambiente e em todas as atividades propostas pela escola, de participar, nas melhores condições possíveis, de todas as atividades da escola comum. (SARTORETTO, 2010, p. 9)

Muitas vezes a escola é o único meio de o aluno ter acesso ao conhecimento. Ao adotar o projeto de inclusão, isto é, educação para todos, ela fará uma enorme diferença na vida destas pessoas, porque o educando terá a oportunidade de se tornar cidadão de bem e viver dignamente.

Existem muitas razões para que as escolas se tornem uma escola inclusiva, uma delas é que a inclusão serve primeiramente, conforme Mantoan, (2003);

Para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras [...].

Confirma-se, ainda, mais uma razão de ser da inclusão, um motivo a mais para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e de reestruturação de suas condições atuais, a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades, sem cair nas malhas da educação especial e de suas modalidades de exclusão. (p.29)

Vê-se então que a inclusão ajuda a melhorar a qualidade do ensino, alcançando cada aluno apesar das diferenças. Mas uma questão é inquietante, a inclusão foi decretada, amparada por leis que garantem o ensino educacional especializado para todas as crianças com deficiências matriculadas no ensino regular. Como se pode ver;

No Capítulo III — Da Educação, da Cultura e do Desporto —, artigo 205, a Constituição prescreve em seu artigo 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] *atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.* (Mantoan, 2003, p.22-23)

Foram várias vezes ressaltadas neste trabalho que a educação especializada é um direito dos alunos com deficiência. Também pode ser visto que este direito também se torna um dever que é garantido através de constituições e leis. Quando se fala aqui em dever, está se

falando da obrigação do Estado para com estas crianças, isto é, da garantia do AEE. Será que estes vêm cumprindo com sua obrigação?

1.3 – *O Dever do Estado*

Até agora falou-se no dever das escolas, dos pais e professores, mas e o Estado? Acredita-se que as escolas recebam verbas para montar a sala de recursos, pois como se vê, a constituição prescreve que o Estado tem o dever com a educação, garantindo à escola o atendimento educacional especializado. Será que o Estado está cumprindo com o seu dever? Se estiver, será que a verba está suprimindo as necessidades da escola com relação a este atendimento? Será também que as escolas estão buscando/lutando por este recurso para melhorar a educação especializada para atender as necessidades dos alunos deficientes?

A Declaração de Salamanca afirma que:

[...] todos os governos e demandamos que eles: - atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. - adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. (p.1)

A Declaração vem ressaltando que todos os governos devem se dedicar tanto politicamente como financeiramente ao sistema educacional especializado, para que as escolas possam incluir todas as crianças sendo elas deficientes ou não. E a escola precisa adotar a educação inclusiva em forma de lei ou política, aceitando e matriculando todas as crianças no ensino regular. Sabe-se que para atender as especificidades de cada aluno são necessários instrumentos para que algumas barreiras sejam derrubadas, como por exemplo, ensinar a língua brasileira de Sinais (Libras), o Braile, o uso de recursos de informática, entre tantos outros materiais que precisam estar disponível nas escolas do ensino regular. As escolas possuem estes recursos? Estas ferramentas são fornecidas pelo governo?

Não se pode deixar que este projeto morra ou simplesmente aceitar que matriculando crianças na escola regular já estejam incluídas. Deve-se dar um basta nessa educação ultrapassada e criar um modelo educacional novo.

A escola ao adotar a educação inclusiva efetiva o direito que o aluno tem a educação e a igualdade de oportunidade. Pois todo aluno, sendo deficiente ou não, tem direito a educação. Como podemos ver na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 “Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. [...] Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais”.

Vemos que todos independentemente de serem portadores de deficiência ou não, têm os mesmos direitos à educação, à liberdade e ao acesso a cultura. No entanto, ainda existem crianças que estão fora da escola e já há outras que estão dentro de uma sala de aula, mas recebem um ensino de baixa qualidade.

O direito a educação não quer dizer somente o acesso a ela, como afirma o MEC, (2005), ela precisa ser de qualidade e garantir que os alunos aprendam. Pois, “o direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa”. (MEC, 2005, p. 9)

O atendimento educacional especializado é um direito de todas as crianças sem exceção. Em 2006, o MEC publicou o documento “Salas de Recursos Multifuncionais. Espaço do Atendimento Educacional Especializado” o qual afirma que:

Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (MEC, 2006).

A inclusão traz um desafio que é o de acolher os alunos com e sem deficiência e garantir total condições de acesso ao ensino/aprendizagem. A inclusão garante o atendimento educacional especializado, pois é através deste que são realizadas atividades educacionais específicas, por exemplo, o Braille, Libras, orientação e mobilidade, comunicação aumentativa e alternativa como área da Tecnologia Assistiva, entre outros. De acordo com Sartoretto (2010, p. 10): “A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento e de atuação que desenvolve serviços, recursos e estratégias que auxiliam na resolução de dificuldades funcionais das pessoas com deficiência na realização de suas tarefas” Sartoretto, (2010) ressalta que o professor de educação especial usa essa nova técnica voltada ao conhecimento

do aluno. Para tanto, ele precisa aprender a observar e a identificar o que está impedindo o aluno de participar ativamente do processo escolar. E do professor comum lhe é exigido que seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de cada aluno.

Com certeza afirma-se que a concretização de projetos pedagógicos de inclusão encontrará barreiras, as quais são muitas, destacando alguns descritos no Boletim “O desafio das Diferenças nas escolas”,

- a falta de políticas públicas adequadas;
- o grande número de escolas sem as mínimas condições de acessibilidade física;
- a falta de equipamentos e materiais didáticos indispensáveis ao atendimento das necessidades educacionais dos alunos;
- o não funcionamento do atendimento educacional especializado decorrente da inexistência de Salas de Recursos Multifuncionais ou a utilização inadequada desses espaços, principalmente na área da Deficiência Mental;
- a inexistência de projetos sérios de formação continuada para os professores, baseados nas suas reais necessidades;
- a normalidade com que encaramos o fato de um professor que, ao longo de sua trajetória profissional, foi responsável pela educação de tantos médicos, advogados, arquitetos, chegará ao fim de sua carreira ganhando salário mínimo. (MEC, 2006, p. 50)

Esses fatores relacionados acima e tantos outros, acabam atrapalhando o trabalho de implantação de práticas de inclusão nas escolas, mas isso não é pretexto para que se interrompa crescimento das escolas inclusivas.

No próximo capítulo serão apresentadas as entrevistas realizadas em quatro escolas, sendo duas Municipais e duas Estaduais, todas do ensino fundamental. Entrevistamos quatro professores: A= (escola municipal); B = (escola municipal); C= (escola estadual); D= (escola estadual) responsáveis pelas salas de recursos multifuncionais. Duas das professoras (C e D) aceitaram fazer a entrevista gravada, ou seja, preferindo falar, enquanto duas (A e B) pediram para que fosse elaborado um questionário para que respondessem. Nesta entrevista as quatro professoras especializadas em AEE mostram sua visão a respeito da educação especial. Procurou-se saber delas como as escolas e seus professores estão se portando diante do projeto inclusão escolar. Indagou-se sobre a preocupação com a acessibilidade e a preparação do corpo docente diante da proposta do Atendimento Educacional Especializado. Podemos adiantar que todas as professoras foram bastante educadas e atenciosas, uma até propôs ajuda se precisássemos de materiais para a pesquisa.

Capítulo 2 – Conversando com as professoras do Atendimento Educacional Especializado

2.1 – A Sala de Recursos Multifuncionais

“A educação transmite e amplia, a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético político, a solidariedade e a emancipação. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001).

Diante desta citação pode-se afirmar que a educação é o alicerce para se construir a própria vida. É através dela que se aprende a expressar opiniões e críticas. Então tem que se dar às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais esse alicerce que tanto fortalece a vida, e torna os sujeitos autônomos. É disso que as pessoas com deficiência precisam, serem autônomas e donas de seu próprio eu, pois elas são capazes, só precisam de oportunidades e uma ajuda extra.

De acordo com o texto a “Sala de recursos multifuncionais”, publicado pelo MEC, (2006);

Tratando-se especificamente dos processos de ensinar e de aprender, é importante ressaltar que alunos com deficiência física constroem conhecimentos da mesma forma que os demais alunos, requerendo, entretanto, algumas alternativas metodológicas diferenciadas. (p. 29)

Face ao exposto, percebe-se que a criança com deficiência física tem a mesma capacidade de aprender que uma criança que não tem deficiência alguma. Sendo assim, não há motivos para excluir essa criança da sala de aula regular e sim usar métodos para ajudar esta criança naquilo que ela tem dificuldade. Como por exemplo, caneta adaptável, computador se for necessário, entre outros materiais que poderão servir de ajuda. A mesma coisa é um aluno com baixa visão ou cego, ele capaz de expressar e tomar sua própria decisão, ele necessita apenas de mediação. Como afirma o texto “Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - deficiência Visual” publicado pelo MEC (2007), que os alunos com deficiência visual,

Necessitam de um ambiente estimulador, de mediadores e condições favoráveis à exploração de seu referencial perceptivo particular. No mais, não são diferentes de seus colegas que enxergam no que diz respeito ao desejo de aprender, aos interesses,

à curiosidade, às motivações, às necessidades gerais de cuidados, proteção, afeto, brincadeiras, limites, convívio e recreação dentre outros aspectos relacionados à formação da identidade e aos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Devem ser tratados como qualquer educando no que se refere aos direitos, deveres, normas, regulamentos, combinados, disciplina e demais aspectos da vida escolar. (SÁ, 2007, p.14)

Percebe-se que este aluno precisa de materiais e ambientes adequados e principalmente profissionais especializados (AEE) e professores dispostos a ajudá-lo.

O mesmo pode-se dizer da criança portadora de deficiência mental. Muitas conseguem aprender, porém, mais devagar do que as outras e de forma diferenciada. Como se vê no texto “Sala de recursos multifuncionais”

Vygotsky (1989), afirma que uma criança com deficiência mental não é simplesmente menos desenvolvida que outra da sua idade, mas é uma criança que se desenvolve de outro modo. Para ele, as funções psicológicas superiores, que são características do ser humano, estão ancoradas, por um lado, nas características biológicas da espécie humana e, por outro, são desenvolvidas ao longo de sua história social. Assim, não existe uma única forma de aprender e tampouco uma única forma de ensinar, mas o "bom aprendizado" é, para Vygotsky, aquele que envolve sempre a interação com outros indivíduos e a interferência direta ou indireta deles, e, fundamentalmente, o respeito ao modo peculiar de cada um aprender. (VYGOTSKY, 1989, Apud MEC, 2006, p. 22)

Diante do exposto, podemos dizer que o aluno que não possui deficiência mental, busca muitas vezes por si só o recurso que o ajude a solucionar os problemas. Já a criança com deficiência mental, devido suas limitações estruturais, necessita na maioria das vezes, de uma ajuda para realizar tarefas inteligentes porque é exigido deste educando um maior esforço para desenvolver a mente. Mas cabe ao corpo docente realizar atividades de acordo com o ritmo e a maneira de aprender deste aluno.

Fala-se sobre tais deficiências, pois encontramos nas escolas visitadas e entrevistadas, vários tipos de deficiência: baixa visão e cegueira, crianças surdas, deficiência intelectual, física, esquizofrenia, paralisia discinética, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e atrofia cerebral.

2.2 – Análise das Entrevistas

2.2.1 – O trabalho docente especializado

Durante a entrevista, encontrou-se em uma das escolas (Municipais) um caso de um aluno com cegueira. Este aluno tem apenas cinco anos de idade. A escola quando recebeu este aluno estava despreparada. Ela tem a sala de recurso com uma professora especializada em educação especial, mas não é especializada na necessidade do aluno que é o Braille, entre outras necessidades deste. De acordo com a professora (A), ela fez dois dias de curso de Braille em Cuiabá- MT para começar a trabalhar com este aluno. Segundo ela antes de começar a ensinar Braille para o aluno, ele tem que passar por um longo processo de adaptação. Como se vê em sua fala: *Na sala de recursos é feito atendimento diferenciado. O aluno DV precisa primeiro passar por um longo processo de adaptação ambiental, depois trabalha-se lateralidade, ou melhor, tudo que possa lhe possibilitar uma vida autonomia, e aí começar trabalhar pré Braille e outros. Falta muito material, o pouco que tenho é confeccionado por mim.*

De acordo com o texto “Os Alunos com Deficiência Visual: Baixa visão e Cegueira” os professores precisam trabalhar atividades lúdicas por que;

As atividades lúdicas permitem que os educadores descubram as capacidades intelectuais, motoras, as potencialidades, habilidades e limitações dos educandos, quando compreendem a sua importância para a aprendizagem e para o desenvolvimento. A diversão, o jogo e a brincadeira potencializam a descoberta, o convívio e a interação, o compartilhamento e a formação de conceitos de forma mais interessante e prazerosa. Por isto, o ambiente escolar deve ser um espaço estimulante e enriquecedor, no qual as crianças sentem prazer em aprender, conhecer e desvendar o desconhecido por meio do lazer e do entretenimento. Estas atividades envolvem aspectos relacionados à dimensão emocional, intelectual e social. (DOMINGUES, p. 36)

A educação inclusiva tem melhorado, seus avanços são visíveis, e se contrapõe à visão tradicional dos sistemas educacionais modificando o paradigma da educação para as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Mas, infelizmente essa mudança está acontecendo lentamente, tanto na formação de profissionais adequados para este atendimento quanto para a acessibilidade das pessoas com deficiência nas escolas.

Perguntamos em nossa entrevista a professora (A) se a escola está preparada para atender o aluno com Deficiência Visual. A resposta foi: *__ A escola está buscando meios que possa atender este aluno, ainda que faltam adequações no ambiente.* Ela assim afirmou, porque ela com o apoio da escola, todo mês vai à Cuiabá fazer cursos para atender os alunos com deficiência que adentram no espaço escolar. Nota-se essa preocupação da escola com seus alunos na tentativa de inclusão, mas ainda falta muito para chegar onde se deseja, pois as verbas disponibilizadas não dão conta de atender o aluno com necessidades educacionais especiais.

Numa conversa rápida com a professora A, ela pediu para que a sala fosse observada e para que se escrevesse na pesquisa o que estava sendo visto, o que foi visto é que todos os computadores da sala de recurso estão estragados, de acordo com ela é desde agosto deste ano, os jogos que vieram para a escola foram para as salas de aula comum e a professora os pegou para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Ela ainda afirmou que para poder trabalhar mobilidade com o aluno e linha reta (uma atividade de mobilidade), é necessário trabalhar fora da sala de recurso, mas o ambiente é desfavorável, pois a quadra seria um bom lugar, mas ela não pode levar o aluno porque a quadra é descoberta, o calor e sol, atrapalham muito e o aluno é atendido à tarde no contra horário.

Pode-se ver pela resposta da professora A que não falta disposição da parte dela e sim recursos, pois sem um ambiente adequado para este aluno e materiais adequados, não poderão incluí-lo em uma sala de aula do ensino regular e muito menos torná-lo uma pessoa autônoma como as leis e diretrizes tanto fazem questão de frisar.

Por outro lado, há informação de que existe um recurso para a educação especial, que muitas vezes parece não ser bem administrado, pois de acordo com a professora (A) ela nem ao menos sabe se a escola recebeu essa verba. Muitas vezes o que falta nos profissionais da educação é correr atrás de suas próprias necessidades, pois se sabe que a verba disponibilizada pelo Governo Estadual para as escolas não é suficiente. Contudo, a escola precisa lutar para que essa verba aumente ou lutar para conseguir outros recursos que ajudem.

Em outra escola, esta, porém estadual, pode se encontrar o mesmo problema, a falta de materiais para se trabalhar com a criança portadora de deficiência. Foi perguntado à professora (C) se a escola possui materiais adequados para atender os educandos portadores de necessidade educacional especial. A resposta foi: *Não muitos. Esse é o grande problema*

nosso, eu acho. Na verdade, não é o da escola [...] eu acredito que seja o das escolas Estaduais. Nas escolas Municipais também, porque na verdade (a escola) nunca está preparada com material para receber esses meninos. Então, o material que a gente usa aqui é o que a gente faz. Vem alguma coisa do governo. A escola compra mais alguma coisa com o recurso que vem. [...] A verba disponibilizada não dá. Porque não vem um material específico pra sala de recurso, vem uma coisa ou outra. Esse ano, agora tem uns dois ou três meses nós recebemos dois, três jogos de baixa visão e cegueira, mas fomos receber agora. Nós já estamos em que, em outubro, isso foi o mês passado. Isso foi setembro, então, a sala de recurso já existe desde o ano passado.

Essa é uma das dificuldades encontradas pelos professores especializados em AEE, a falta de materiais, e não tem recursos suficientes para a compra destes. Já contrapondo estes argumentos das professoras A e C, temos a resposta da professora D, que ao perguntar se a escola possuía materiais adequados para o atendimento educacional especializado ela responde: *__Sim, há materiais disponibilizados pelo MEC e uma verba para a compra destes materiais.* De acordo com a professora a escola possui materiais adequados para atender os alunos com deficiência, enquanto as outras escolas faltam materiais adequados para este atendimento. Perguntou-se a professora D sobre as verbas, se existiam, e se a verba disponível para o AEE era suficiente? Ela respondeu: *__Existe a verba, mas como tudo que é disponibilizado, não é suficiente.* Pensa-se que se o material vem do MEC e ainda vem a verba, será que não é suficiente essa verba? Pois de acordo com esta professora a escola possui materiais adequados para se trabalhar com os alunos PNE. Fica uma dúvida, como a escola pode ter materiais adequados para trabalhar com as crianças PNE, se a verba não é suficiente para adquiri-los? Como ela mesma disse “como **tudo** que é disponibilizado não é suficiente”, também pode-se supor que os materiais não são suficientes. No entanto a professora acaba se contradizendo ao afirmar que possui os materiais adequados para o AEE, pois ela depois afirma que não é suficiente “tudo” o que eles recebem do governo, dentre estes acredita-se que o material está incluído.

Outra dificuldade que se encontra ao analisar as respostas obtidas através da entrevista é que alguns professores comuns ainda não têm compromisso com a Educação inclusiva, deixando para o professor da sala de recurso a responsabilidade de ensinar e de preparar a criança portadora de deficiência. De acordo com esta entrevistada todas as escolas em geral passam por isso, como podemos ver na resposta da professora (C). Perguntou-se a

ela se o AEE consta no PPP da escola. Sua resposta foi: *__Sim. Ele faz parte.* Em seguida foi questionado: *__ mas se faz parte os professores não deveriam ajudar nesta jornada? É mais complicadinho [...]. O professor não tá preparado pra isso, [...] e o que acontece muitas vezes, o professor, ele não quer sair do conforto da vida dele pra vir atrás disso, pra ver isso, não quer entrar na realidade do aluno. Ele só quer ir lá fazer o serviço dele, virar as costas e ir embora. [...] então muitas vezes, as pessoas não tão e não querem, né? Não tá afim mesmo de sair de seu conforto do seu lar, da sua casa, das suas coisas e ir atrás disso.* Ainda comentou-se com a profissional que os professores estão acomodados porque a escola tem um profissional especializado e acham que esse é o dever deste. Com relação a este comentário a professora responde: *__Aí, justamente. [...] o que acontece..., a sala de recurso tá lá pra isso. E qual a função da [...] a função da [...] é essa. Então pra que eu vou fazer se a função dela é essa [...]. Mas eu vejo que não é aqui no [...] isso é geral porque eu converso com as outras meninas de outras escolas, lá acontece a mesma coisa, as mesmas dificuldades que eu enfrento aqui elas enfrentam lá².*

Percebe-se na fala da professora C que o professor é omissos em seus deveres. Como se sabe o professor da sala comum não precisa ser especializado para trabalhar com a criança especial, mas é preciso buscar meios que o ajudem na sala de aula a ensinar esta criança, e principalmente conhecer este aluno, suas características individuais como habilidades, necessidades e experiências de cada aluno. Isso não quer dizer que se ele quiser fazer cursos de formação continuada ele não possa. É claro que é muito bom que ele tenha essa formação. Como vê-se na citação abaixo:

De acordo com Baptista (2003, p. 53), os conhecimentos dos profissionais especializados não substituem nem orientam o conhecimento do professor, “não se trata, portanto, de conhecer profundamente ‘a deficiência’, como imaginam alguns educadores, mas de potencializar a ação técnica de referência para aquele que ensina”. O ato de ensinar depende exclusivamente da ação do professor e o ato de aprender da ação do aluno, para tanto, o professor dispõe de alguns recursos e instrumentos, tais como o diálogo, a observação, a negociação e a avaliação, que retroalimenta seu agir. O conhecimento especializado pode servir como um complemento valioso, entretanto, o conhecimento do professor é elementar para a sua ação. (Apud Scardua, 2008, p.1)

Diante do exposto, não será o especialista em AEE que irá conduzir a aula e nem orientar o professor comum em suas aulas, mas este vai complementar o ensino do professor comum. Como foi citado acima o professor não precisa conhecer a fundo a

² Foi omitido o nome da Escola e o nome da professora, pois esta em sua fala os citam, e por questão de ética decidiu-se não colocá-los.

deficiência da criança, mas utilizar sua técnica, ou seja, recursos para ensinar de forma que as necessidades dos alunos sejam supridas.

Como se vê numa resposta para o programa *Salto para o futuro TV escola* da professora doutora Maria Teresa Mantoan:

Salto – A senhora falou da importância da formação dos professores da educação especial. Mas, quando pensamos na formação dos professores da escola regular, há uma certa polêmica. Alguns especialistas dizem que o professor precisa se preparar para o trabalho voltado para a inclusão, e outros dizem que não. Como a senhora analisa? E qual a sua opinião a esse respeito?
Maria Teresa Mantoan – Formação sempre é muito importante, a formação continuada, para todos nós. Mas o que os professores da escola regular precisam conhecer bem é um ensino para as diferenças. E não um ensino específico de uma deficiência, para um aluno com uma determinada dificuldade. Porque, quando aprendemos a ensinar para as pessoas como elas realmente são, nas suas diferenças, temos a capacidade de trabalhar com as pessoas de um modo muito mais aberto, heterogêneo, plural, rico em contribuições, do que quando buscamos a homogeneidade, a igualdade das respostas. A escola de hoje iguala mais do que estabelece a importância das diferenças. Os professores do ensino regular devem fazer uma revisão em suas práticas de ensino, em termos da sua abertura para as diferenças humanas. E não uma formação continuada voltada para ensinar a lidar com determinados tipos de deficiência. Isso não existe. Na escola inclusiva as pessoas aprendem segundo as suas possibilidades, segundo as suas capacidades, de acordo com o que prevê a Constituição. (Salto para o Futuro, 2010, p. 2)

Diante desta citação, vê-se que o professor precisa repensar seu método de ensino, mudar sua maneira de ensinar. Planejar e replanejar quantas vezes for necessário seu plano de ensino e principalmente aprender a trabalhar com as diferenças, pois independente de ter deficiência ou não, as crianças são diferentes umas das outras e aprendem de maneira diferente.

Como pode-se notar na fala da professora C quando pergunta-se a ela se os professores estão preparados ou estão se preparando para o Atendimento Educacional Especializado. Ou se este trabalho era somente ela quem fazia. A resposta foi: *__ É pra falar a verdade? Eu acho que o professor, na verdade não é só aqui. Eu acho que o professor de um modo geral, é a nível de Brasil, não ta preparado para lidar com o diferente. E esse deficiente que eu falo, não é nem o aluno especial, o aluno PNE, mas com aquele aluno problemático, com aquele aluno que vem de uma realidade diferente. O profissional lá da sala não ta preparado pra isso. E outra coisa que eu vejo que não dá certo. Quando fazem o planejamento no começo do ano, seguir aquilo lá, eles (alunos) não são únicos, eles não são todos iguais ou aprendem da mesma forma, da mesma maneira, né? Então, tem que mudar*

isso e nem todo mundo tem essa disponibilidade, ou tem essa vontade de ir lá e refazer o planejamento, de ir lá e rever isso.

Diante do exposto, acredita-se que o professor da sala comum precisa entender que o trabalho de inclusão também é deles, entender que ele é o fator primordial para que a inclusão escolar dê certo, por isso não pode deixar este trabalho somente para o profissional especializado. Pois, o professor de Educação Especial está ali para facilitar o ensino aprendizagem da criança, para ajudar o professor comum, mostrando-lhe como trabalhar com o aluno e não para ensinar a este a atividade regular da sala de aula.

A mesma pergunta foi feita para professora D, a resposta foi: *__O atendimento tem melhorado, mas os próprios cursos de formação de professores tem deixado a desejar quanto essa sensibilização ao lidar com alunos com deficiência.* Mantoan (2010) na entrevista para a revista *Salto para o Futuro*, deixa bem claro que o professor deve sempre estar estudando e se preparando, pois a formação continuada é para todos os profissionais da educação, mas enquanto ter uma formação específica para atender determinado aluno não é necessário porque o professor precisa é ter jogo de cintura, ter a mente aberta para saber replanejar sua aula quando necessário.

Sabe-se que o professor da sala comum encontra-se despreparado até para lidar com os alunos ditos “normais”, como se viu na resposta da professora C e agora vê-se na fala da professora B quando foi feita a pergunta sobre a preparação dos professores da sala de aula comum. A professora respondeu: *__ Na verdade, o professor nunca está preparado, né? Ele sempre tem que buscar, porque cada aluno é um desafio pra gente, né? Mesmo os alunos sem deficiência, agora imagina os alunos com deficiência. [...] o professor nunca tá preparado pra trabalhar nem com o normal, né? Então, a gente tem que sempre estar buscando informação, preparação e ler muito sobre. [...].*

Os professores que realmente querem fazer a diferença e tem por objetivo a inclusão, devem buscar uma formação continuada e não se acomodar ou deixar para os outros o que eles podem e conseguem fazer. Pois, como foi dito em uma das falas acima, o professor está acomodado, pois acha que incluir é trabalho do professor da sala de recursos. Falam em inclusão, mas não se mexem para que isso aconteça. Isto dificulta porque uma professora ou duas apenas, não darão conta de fazer com que este desejado sonho, (escola inclusiva/ sociedade inclusiva), aconteça. A inclusão é trabalho de todos os educadores da instituição de

ensino juntamente com a sociedade. Nota-se que estas escolas tentam fazer com que o projeto inclusão escolar funcione, como foi observado, alguns fazem sua parte, enquanto outros não, nem querem saber do assunto.

Sabe-se que existe a sala de recursos na maioria das escolas da cidade de Pontes e Lacerda, mas nem todas estão funcionando. Foi visitada uma escola estadual do ensino fundamental. A secretária, que recepcionou pediu para adiantar o assunto. Perguntou-se a ela se existia a sala de recursos na escola, ela respondeu que sim, mas não estava funcionando porque não tinha professor especializado para se trabalhar com AEE, lá somente havia professor de reforço. Como o foco era entrevistar a professora da sala de recursos, procurou-se outra escola.

2.2.2 – *Buscando por Profissionais Especializados*

Outras perguntas foram realizadas, para as especialistas em AEE. Foi feito a seguinte pergunta: A escola tem algum profissional especializado na área médica para identificar ou diagnosticar se a criança tem algum problema intelectual ou físico?

- Professora A: *__Não. É feito uma triagem na escola e encaminha-se para o médico e assim o mesmo encaminha-se para os especialistas.*
- Professora B: *__ Ainda não. Aqui nós recebemos mesmo é o relatório médico, o diagnóstico médico. [...] Quando a gente quer avaliar uma criança, a gente faz uma avaliação psico-pedagógica. [...] quando o professor trás uma queixa, o que pode se feito? Se há suspeita de deficiência, aqui a gente faz juntamente com os professores uma prévia, um diagnóstico, uma avaliação diagnóstica.*

De acordo com a professora B, após o laudo médico, a escola encaminha o aluno, se caso for preciso, ao psicólogo e ao fonoaudiólogo. Mas busca-se esse tratamento pela área da saúde.

- Professora D: *__ A identificação do problema físico não precisa ser diagnosticado, já o problema intelectual a SEDUC não disponibiliza esse funcionário.*

- Professora C: *__ Não tem. Em seguida, foi argumentado: __ pode ocorrer de a criança ser diagnosticada, por exemplo, como uma criança hiperativa e às vezes ela não ser? __É verdade. Eu tenho um caso aqui na sala. A criança tem um laudo de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, mas a gente vê que ele não tem isso, porque esse é um diagnóstico que não é eu chegar lá com sarampo e o ele (Médico) olhar pra mim e dizer você tá com catapora, é um processo, né? É uma investigação, ele vai atender a criança hoje, vai encaminhar para um psicólogo, vai na casa conversar com a família, isso demanda tempo. [...] Porque não está escancarado, muitas vezes a criança tem é falta de limite, que é o caso desta que nós temos, vem de uma família onde tudo é permitido, chega na escola começa a ter conflito. Então, quando foi lá no médico e o médico deu esse laudo era tudo que a mãe queria para justificar o que ela não fazia, o que ela não faz. A gente vê que a criança não tem nada. Quem sou eu também, que não sou médica, não sou nada, mas assim olhando a olhos nus, a gente fala que a criança não tem nada, a gente não vê problema de hiperatividade, agente não vê problema de atenção, a gente vê é falta de limite.*

Sabe-se que escola não pode ter um profissional para diagnosticar estas crianças com deficiência na aprendizagem, mas ela pode fornecer caminhos para que a criança possa ser encaminhada a outros profissionais de acordo com a necessidade de cada uma, por exemplo, ao psicólogo, ao fonoaudiólogo, para um diagnóstico e tratamento adequado.

De acordo com o texto “Tecendo caminhos da intersetorialidade” (MEC, 2011, p.6).

“É preciso compreender que o espaço escolar não deve ser utilizado para consultas médicas com o objetivo da medicalização ou de diagnóstico clínico-psíquico dos fracassos do processo ensino-aprendizagem, mas apenas para triagens, por sua objetividade e ganho de escala em ambiente coletivo.”

Mas as escolas podem estabelecer parcerias com o sistema de saúde (Ministério da Saúde) para facilitar o atendimento de crianças com ou sem deficiência.

O desafio da escola é o de desenhar processos de enfrentamento, identificando a natureza dessas demandas e de seus significados para crianças e adolescentes, envolvendo-os ativamente na construção de atividades, projetos ou programas que valorizem a qualidade de vida no seu aspecto mais propositivo como: criar ambientes favoráveis à saúde, estimular a auto-estima de alunos e das pessoas, colocar em pauta a sexualidade de saúde reprodutiva, estimular alimentação saudável e a prática de atividades físicas, construir uma cultura de paz e de convivência solidária para relações mais harmônicas e solidárias na comunidade, valorizar o autocuidado e o cuidado com o outro, considerar o direito de todos à saúde (inclusive dos profissionais da escola) buscar parcerias com serviços de saúde de referência, para acesso a serviços de saúde mental, saúde bucal, saúde ocular, auditiva, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde, investir na formação de profissionais e da comunidade, identificar, além dos fatores de risco, os fatores de proteção, estimular a autonomia dos sujeitos, valorizar a ação protagonista de crianças e adolescentes com valorização da vida e de escolhas mais acertadas e favoráveis à saúde. (Saúde e educação, 2008, p. 28/29).

A escola é um espaço importante, que exerce uma função fundamental para a formação do cidadão, por isso deve desempenhar seu papel, que é o de formar o cidadão crítico reflexivo. E promover a saúde, sempre que for necessário.

De acordo com o texto *Saúde na Escola*,

Ao considerar os esforços do Ministério da Educação em tornar a escola pública inclusiva e acessível a crianças e adolescentes com deficiência (física, visual, auditiva, múltipla), oportuniza-se uma sociedade mais igualitária, sendo que os profissionais da saúde terão papel relevante no suporte às necessidades específicas desses estudantes. Conhecer e lidar com esses fatores de risco e vulnerabilidades, promovendo e protegendo a saúde, impactará de maneira positiva a qualidade de vida, as condições de aprendizado e, consequentemente, a construção da cidadania. (MEC, 2009, p.18)

Diante disso, se percebe que os profissionais da saúde precisam dar suporte às crianças com deficiência, mas para isso os profissionais da educação precisam fazer a sua parte que é de encaminhá-las ao sistema de saúde, para que este também faça sua parte.

Pode-se dizer que a escola é responsável por estas crianças, ou seja, os profissionais da educação juntamente com a família precisam buscar meios para a criança ser avaliada, obtendo assim, melhores resultados na aprendizagem. Como se vê no texto *Saúde e educação*, publicado pelo MEC, 2008.

A escola é um espaço de relações, um espaço privilegiado para o desenvolvimento crítico e político, contribuindo para a construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo e interfere diretamente na produção social da saúde (Aerts, 2004). Para Altmann (2001), é a escola, e não mais apenas a família, que tem a incumbência de desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa, que promova a saúde das crianças e dos adolescentes. Além disso, o protagonismo de crianças e adolescentes se evidencia no espaço escolar, já que estes se comunicam melhor entre si e sobre si. (Apud MEC, 2008, p. 19)

Nota-se essa preocupação por parte destas professoras especializadas em educação inclusiva, pois todas responderam que as crianças que possuem algum problema intelectual são encaminhadas ao médico especialista e duas ainda responderam que fazem um acompanhamento, indo às consultas juntamente com a família para ver qual o medicamento, quais os procedimentos com esta criança. Como se vê na fala da professora C ao ser perguntada se a escola encaminha o aluno com necessidades especiais ao psicólogo quando preciso. — *Encaminhamos. Acompanhamos. Por exemplo, eu tenho um menino com deficiência mental, e esse quando vai às consultas eu vou junto com a família, pra acompanhar as consultas, pra ver o que passa de medicamentos.* Assim como, numa das falas da professora B, ela também encaminha e faz o acompanhamento pra ver a necessidade da criança.

2,3 – A Relação entre Pais e professores.

A causa de muitos fracassos na escola com crianças deficientes se deve também a família, pois sabe-se que muitos pais por causa de serem super acabam atrapalhando o processo de ensino aprendizagem destas crianças.

A família é quem encoraja ou quem limita o desenvolvimento da criança. Pois, existem pais que protegem demais, pais que acham que seus filhos não podem fazer o que as crianças ditas “normais” fazem.

Perguntou-se à professora B qual era a reação da família ao saber que a escola usa métodos de ensino especializado com suas crianças. A professora conta uma de suas experiências: — *a gente trabalha bem com a família, quando a gente vê que a família quer proteger demais. Por exemplo: o aluno é cadeirante e vai lá para a quadra para jogar bola e*

vai tomar uma bolada. No início a mãe achou meio estranho, “há, mais ele vai tomar bolada, vai machucar meu filho”. Mas ele é uma criança, ele está bem, assim como qualquer outra criança ele vai tomar bolada. Isso ajuda na alta estima da criança. Ele tem que acompanhar a turma dele. Ele (aluno) podendo acompanhar é a melhor coisa que tem pra esse aluno que é deficiente, ele se sentir igual aos outros e não excluído.

Muitas famílias, principalmente as mães querem proteger seus filhos de tudo que os cercam achando que as crianças não são capazes de fazer nada sem elas. É aí que entra novamente o papel do professor. Este deve (e algumas já fazem isso, como veremos) mostrar para os pais a importância da inclusão. Conversar com a família, informar o que for preciso para que os pais entendam que seu filho precisa participar ativamente das aulas, explicar que somente os métodos serão diferenciados, para que a criança aprenda com mais facilidade. Como se vê na fala da professora B: __ [...] *é no conversando com a família e mostrar que aquilo ali é possível. Aí acontece que a família passa a acreditar na escola, no profissional porque é isso que a gente tem que passar para elas (família). A família tem que saber a importância da inclusão. Ela tem que saber que o filho dela tem que levar bolada. Então isso é importante. No início a gente teve preocupação enquanto aos pais, porque tinha mãe que não queria deixar o filho na escola sem a presença dela e como a gente foi trabalhando aos poucos com elas agora elas só vem quando são chamadas. [...] a gente observa que elas acreditam em nós.*

Os pais acreditam na escola quando ela se mostra interessada em ajudar a compartilhar com a família aquilo que se pretende trabalhar com a criança deficiente em sala de aula. Porque ao mostrar para os pais como a escola trabalha, como são realizados os projetos, como é organizado o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, a família ficará segura, pois sabe o que seu filho está aprendendo. Pois, está no *Estatuto da Criança e do Adolescente* art. 53, parágrafo único, que: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Pois, sabe que a família é a base desta criança é através da família que a criança entra em contato com a sociedade. Ou seja, a família é fundamental para o crescimento da criança.

Gervilla (2001), no seu livro sobre Educação e Família, refere **e reforça que a família é o pilar fundamental para o crescimento da criança**, e, se queremos realmente educar, há que proporcionar ajuda e apoios aos que dela necessitam e,

assumirmos responsabilidades visto que uma pequena Educação dos pais proporciona benefícios significativos: progressão das aprendizagens, desenvolvimento mental, afectivo e emocional. (apud REIS, 2008, p. 38)

Diante disso, vê-se que a família pode fazer a diferença na vida escolar do aluno, ela pode inibir ou facilitar a relação do aluno com a escola, e a parceria da família com a escola trará muito mais benefícios ao aluno para o seu desenvolvimento e em sua aprendizagem.

Os estudos ligados à relação família e escola [...] têm mostrado que o estabelecimento de parcerias colaborativas entre si acarretam benefícios importantíssimos não somente ao desenvolvimento, mas também para o processo de ensino-aprendizagem dos indivíduos (Fonseca, 2003; Marques, 2002 apud, Souza, 2009, p.14)

Compreende-se que a família e a escola precisam estar sempre juntas, de forma a beneficiar a criança PNE, pois como afirma Suza (2009, p. 14) “Tais estudos têm demonstrado também que quando o Projeto Político Pedagógico da escola abre espaço para a participação familiar, reconhecem-se os papéis diferenciados destes dois contextos no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos”.

Nisto muitas escolas tem deixado a desejar, pois como foi citado acima os pais ou responsáveis pela criança tem direito de participar do plano que será aplicado em sala para seu filho. E muitas vezes isso não acontece, mas será por falta de interesse dos pais? Ou será que a escola não tem feito o papel que lhe cabe, o de informar à família que participar ativamente da vida escolar do filho.

Sabe-se que existem pais de todas as maneiras, pais que acreditam no trabalho da escola, como se observa na fala da professora A: *___ Ficam (pais) contentes, pois sabem que seus filhos não ficarão nos cantos das salas e sim terão participação em todas as atividades.*

Enquanto existem pais que não compreendem e/ou não querem compreender a questão da inclusão.

- Professora D: *___ Alguns pais não entendem este atendimento diferenciado, outros fazem questão, pois percebem a mudança em seus filhos.*

- Professora C: *__ Tem mãe que não aceita. Não aceita. Eu tenho um menino que ele frequenta a sala aqui. Ele só não tem a mãozinha esquerda, nasceu sem a mãozinha esquerda, má formação, a mãe teve rubéola, mas ele tem algo a mais, mas ela não aceita, ela não se conforma, ela fica brava, ela acha ruim, quando a gente fala, __ olha a senhora já levou para fazer uma consulta? Vê se de repente tem mais alguma coisa, ela não gosta, ela já falou, ela não gosta que utilize estes recursos nem para mobilidade, muitas vezes a maioria delas não aceitam, não aceitam mesmo.*

Estes pais que não entendem, precisam mesmo é de informação e este é o papel das escolas, elas precisam colocar os pais a par do que estão planejando para seus filhos, quem sabe assim a família começará a entender melhor o atendimento diferenciado que a escola propõe para as crianças PNE – Portadores de Necessidades Especiais.

O que a escola precisa entender é que ao abrir a porta da escola para criança PNE automaticamente ela abre as portas para a família e suas esperanças de que seu filho será ensinado da melhor maneira e para isso os pais precisam saber como é que a escola trabalha com seus filhos. Como Priscilla Bellard Mendes de Souza destaca em sua dissertação de Mestrado “Configuração do mesossistema entre professores e pais de alunos com deficiência” que: *Ao emergir como proposta pedagógica, a educação inclusiva trouxe para dentro das escolas, não somente essas crianças, mas suas famílias e todas suas expectativas quanto à aprendizagem e educação de seus filhos* (KREBS, 2005 apud, SOUZA, 2009, p. 15).

Podemos ver na resposta de alguns professores como está sendo a relação do professor e os pais destes alunos deficientes. Foi perguntado: Os professores procuram saber dos pais como eles ensinam ou se comunicam com o aluno especial em casa? Têm-se as seguintes respostas:

- Professora B: *os professores da sala de aula. Não detectamos essa preocupação não. Mas eu enquanto professora da sala de recurso, eu faço. Eu pego esse aluno novo, porque eu quero conhecer a necessidade dele. Porque para gente trabalhar com um aluno especial eu preciso fazer o plano de atendimento, ele é específico e pra mim fazer este plano eu preciso*

conhecer o aluno. E pra conhecer o aluno, a gente precisa ir na casa conhecer a família, a forma como ela é conduzida em casa, a brincadeira, a alimentação, a medicação, então a gente tem que conhecer a criança.

- Professora D: *No começo do ano letivo muitos pais comparecem a escola e há este dialogo sobre o aluno, quando não temos conhecimento ligamos para os pais dos alunos especiais.*

- Professora C: *no meu caso sim. Porque já faço isso regularmente, eu vou nas casas uma vez por mês, uma vez a cada dois meses dou um jeito de ir, pra visitar, pra ver o que eles (Pais) estão achando, se teve desenvolvimento, se não teve. Mas o professor da sala de aula já não procura. Só quando acontece alguma coisa, [...] mas a função da sala de recurso é realmente essa de interagir com a família, trazer a família para a escola.*

Observa-se que os professores não procuram saber da família qual é a realidade da criança em casa. E para saber disso não precisa ir visitar, mas marcar uma reunião com os pais de cada criança deficiente na própria escola para saber, conhecer a realidade de cada criança. Mas como a professora C já havia falado, isso demanda tempo e alguns professores ainda estão muito acomodados.

Porém, a professora C, ao dizer que este trabalho é de responsabilidade dela, mostra que a luta para uma escola inclusiva também é só dela. Acredita-se que este trabalho é de todos os educadores, pois é o que se constata nas citações acima de que o professor é quem deve conduzir a sala, é ele quem ensina, ou seja, ele mais do que os especialistas em AEE deve buscar a melhor maneira de conhecer e ensinar a criança e uma das melhores maneiras é saber da família qual a realidade desta criança. Isso poderá ajudar no processo de ensino aprendizagem do educando.

Para (FÉLIX, 1994), a Família é, [...], o primeiro e o mais marcante espaço de realização, desenvolvimento e consolidação da personalidade humana, onde o indivíduo se afirma como pessoa, o habitat natural de convivência solidária e desinteressada entre diferentes gerações, o veículo mais estável de transmissão e aprofundamento de princípios éticos, sociais, espirituais, cívicos e educacionais, o elo de ligação entre a consistência da tradição e as exigências da modernidade. (apud, Reis, 2008, p. 45)

Para tanto, o professor deve levar em consideração a parceria com a família, pois os pais conhecem bem seus filhos e poderá ajudar no desenvolvimento da aprendizagem,

isto é, podem fornecer dados ou opiniões importantes para ser desenvolvidos no plano pedagógico do professor. Por isso as visitas domiciliares ou as reuniões constituem uma forma de mostrar para os pais que a escola e seus professores estão realmente preocupados com a aprendizagem da criança. De acordo com Reis (2008), “A escola tem uma grande responsabilidade em promover uma comunicação eficaz entre as famílias, as crianças e os professores, sendo a comunicação um fator essencial para a sua sobrevivência e desenvolvimento”.

Foi perguntado a uma das professoras como é organizado o atendimento educacional especializado para as crianças com deficiência, se os pais, os professores e a coordenação participam da elaboração.

- Professora C: *__ Não participam. Talvez seja até uma falha minha ou da escola, não sei. Mas não participam. Quando eu vou na casa aí eu falo, vai acontecer isso e isso. A gente trabalha assim e assado, explico. Mas falar que eles participam, vamos fazer assim que fica melhor, vamos fazer assado que fica melhor, não.*

A professora deixa claro que os pais não participam da elaboração do plano para se trabalhar com seu filho, mas de acordo com Reis, (2008, p. 111)

O sucesso das crianças e o seu desenvolvimento, passa pelo trabalho realizado em parceria entre escola/família e que nós, professores, devemos encorajar. Para que seja um trabalho bem conseguido, devemos fomentar as intervenções que melhor poderão aproximar a escola das famílias e promover o envolvimento destas no processo educativo e na vida das escolas.

As iniciativas têm de partir de alguém e, por isso mesmo, pensamos ser importantíssima a colaboração escola/família, uma vez que juntos nos empenhamos na melhor formação pessoal e social da criança.

Face ao exposto, vê-se a importância que tem a parceria entre escola e a família, o trabalho será mais beneficiado se ambas trabalharem juntas. Sendo assim, o professor é quem deve encorajar esta parceria, pois é muito importante que todos colaborem para o desenvolvimento da criança.

Já em outra escola na qual se fez entrevista foi informado que os pais participam do plano do professor como observado na fala das professoras A e D:

- Professora A: __ *O atendimento é feito duas vezes por semana, com duração de três horas por dia, pais e professores participam sim, através de diálogos.*
- Professora D: __ *O atendimento educacional especializado é realizado na sala de recursos multifuncional, a SEDUC orienta aos professores do AEE, que são contemplados com dez horas/atividade para dispor de um tempo para atender os pais e professores.*

Isso é muito importante porque o envolvimento dos pais ajuda na melhoria na qualidade de ensino, pois “o diálogo entre todos os agentes e parceiros educativos envolve persistência e espírito de missão” (REIS, 2008. P. 252).

Mesmo diante deste esforço por parte dos professores para fazer com que a escola inclusiva funcione, a realidade é que este projeto não acontece em sua plenitude. Pois como pode-se ver na fala de uma das professoras, “a inclusão ainda só existe no papel”. Pois como ela mesma explica, em sua fala quando questionada se os professores fazem um plano de ensino para 30 alunos e dentro da sala tem um aluno deficiente, como eles fazem para interar este aluno daquela atividade, eles passam atividades diferentes? Ou simplesmente os alunos vão ali para cumprir o horário? A professora responde: __ *Diferente. Atividades diferenciadas, então ele já saiu do planejamento.* Então, argumenta-se: mas aí não é incluir!

A resposta da professora C: __ *Na verdade, eu vejo que a inclusão não existe. A inclusão está só no papel. Só literalmente no papel, porque de fato a inclusão não existe.*

Na conversa que se tem com a professora, é que enquanto os alunos ditos “normais” fazem uma atividade o aluno deficiente faz outra. Mesmo assim, acredita-se que é melhor fazer outra atividade e surtir efeito do que deixar a criança no canto da sala sem fazer nada. Pois assim, esta criança acaba de certa forma sendo incluída. Uma inclusão diferente, mas sem discriminação, sem que a criança seja rejeitada. Pois numa das conversas com a professora ela disse que tem criança com deficiência mental, por exemplo, que precisa de duas ou mais semanas para aprender uma atividade como as vogais, as quatro operações, entre outros exercícios.

Foram realizadas entrevistas em duas escolas Municipais, sendo assim, sabe-se que é dever do poder público municipal de Pontes e Lacerda dar suporte que estas escolas

necessitam. As escolas municipais também aderiram o projeto de inclusão escolar decretado pelo Governo, no entanto, buscou-se saber, se a escola recebe algum benefício ou alguma contribuição da prefeitura para ajudar no AEE. A resposta foi:

- Professora A: *A prefeitura contribui pouco, falta apoio no sentido de estar presente na vida desses alunos, sala adequada, climatizar as salas, informatizar a sala e outros.*
- Professora B: *Quando você pede sim. Porque a prefeitura precisa saber do que a gente vai precisar. A gente procura quando precisa de alguma coisa, se for do alcance sim. Porque a sala de recurso quando é implantado numa escola vem com toda a estrutura, ela já vem montada, já vem o recurso do MEC. Aí sobra pouco para a prefeitura. Porque a prefeitura entra mesmo é com o espaço e a capacitação profissional.*

Numa coisa, concorda-se com esta ultima professora. Se precisamos de algo temos que correr atrás. E que a sala de recurso vem montada isto também é certo, mas como vimos nas outras escolas o resultado da entrevista sobre os recursos disponibilizados, e ela mesma falou, que o material fornecido pelo MEC é somente de leitura, os outros materiais eles tem que confeccionar. A respeito das verbas disponibilizadas para esta ação que seria para acessibilidade foi perdido e por isso a escola não tem um recurso específico para o AEE como ela afirmou. Ou seja, por este viés a escola precisa e muito da ajuda da prefeitura.

Enfim, acredita-se que o professor pode fazer muito mais do que estão fazendo, e para que isso aconteça, a escola juntamente com seus professores do ensino regular, professores especialistas e os familiares precisam lutar unidos para uma educação de qualidade para todos os alunos independente deles serem deficientes ou não.

3. Considerações Finais

Após ter realizado todo um percurso para a realização deste trabalho, como entrevistas e pesquisas teóricas, verifica-se que as professoras especialistas tentam fazer o que estão ao seu alcance, porém, enfrentam vários obstáculos, sendo eles, de ordem material e física. Enfrentam a falta de curso profissionalizante aqui na cidade de Pontes e Lacerda que possam dar suporte às atividades, tendo estas que buscar fora. Outro obstáculo é que os professores da sala de aula regular, não todos, mas alguns, ainda estão acomodados esperando que a professora especialista em AEE faça o que eles julgam não estar aptos a fazer.

Até mesmo o próprio sistema de ensino acaba dificultando a situação do processo de ensino aprendizagem da criança PNE. Pois, a professora de uma das escolas entrevistadas dá um exemplo de um aluno que estuda na escola no quarto ano. Ela explica que a cada uma ou duas horas troca-se de professor e para atrapalhar ainda mais, o aluno foi progredido por causa da idade, ele estava no quarto ano e foi para o sexto ano. No entanto, este sistema de ensino dificulta bastante o trabalho das professoras, pois o aluno não consegue assimilar os conteúdos. E acima de tudo o professor da sala de aula comum de acordo com a professora C, acha que é obrigação dela preparar a aula para este aluno, mas como ela mesma disse não é. *__Aqui na sala de recurso a função é minha, mas lá a função é de cada professor, lá a função é deles.* E como afirma a professora era ela quem preparava os planos de ensino para se trabalhar na sala de aula com este aluno. *__No começo do ano eu fazia a atividade e deixava aqui, então todos os dias eles passavam aqui e pegava, mas aí o pessoal do CEFAPRO, o pessoal da escola já falou, [...] para, porque a obrigação não é sua. O ano que vem nós temos mais dois alunos que pelo ciclo normal eles já vão para o sexto ano [...] aí falaram para mim, como é que você vai fazer? Você vai preparar material de todas as disciplinas para os três? Eu não vou dar conta, cuidar dos outros, preparar material, atender eles aqui depois, não vou dar conta, então eu parei, de vez em quando aparece alguém aqui ainda, mas já parei, porque não é função da sala de recurso isso, [...].*

Conclui-se assim, que a inclusão também depende do professor comum que administra a aula, de sua boa vontade, de se esforçar para conseguir trabalhar com o aluno deficiente de forma diferenciada, utilizando as mesmas atividades que se trabalham com as outras crianças. Mas, isso dependerá do professor e sua maneira de enxergar a realidade

destas crianças, de ver que estas são diferentes entre si, não por terem deficiência, mas por pertencerem a uma sociedade cujas origens são diversas, seus credos, sexo, idade, entre outros. É o professor da sala de aula comum juntamente com o professor de AEE, que irá conseguir um ensino de qualidade para estes alunos, bastam ter força, coragem e enfrentar os obstáculos que sempre irá surgir nesta caminhada. Como se vê na citação abaixo para se ter um ensino de qualidade envolve muitas coisas e uma delas são os professores, no qual cada um tem o seu papel dentro do espaço escolar:

Bueno (1999) nos fala que para que o ensino seja de qualidade para os alunos com deficiência, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolvem muitos aspectos, entre eles os dois tipos de docentes: professores “generalistas” do ensino regular, com no mínimo conhecimento e prática sobre os mais variados alunos e professores “especialistas” nas diferentes “necessidades educativas especiais”, seja ele pra trabalhar direto com os alunos ou dar apoio ao trabalho especializado por professores de classe regulares que integrem esses alunos. (Apud ZANINI, 2007, p. 85)

Em face do exposto, os professores comuns precisam conhecer no mínimo que seja, cada aluno que adentra a sala de aula e principalmente ter criatividade para administrar suas aulas. Já o professor especialista é quem irá focar nas deficiências para trabalhar as diferentes necessidades educacionais destes alunos, dando apoio ao professor sempre que necessário. Para tanto, cada um precisa conhecer o seu papel dentro da escola e desenvolvê-lo da melhor maneira possível, buscando conhecimento a todo o momento, pois o mundo muda a todo instante e é preciso acompanhar esta transformação constante.

Já a questão da acessibilidade, verificou-se que algumas escolas têm seu espaço de acessibilidade dos alunos PNE bastante danificados, como afirma a professora B pertencente a uma das escolas municipais quando lhe foi perguntado sobre as condições físicas da escola, se há rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros. Obteve-se a seguinte resposta: *___ Existem rampas não adequadas, banheiros não adequados, nenhum tipo de sinalização, enfim falta muito para a escola ser suficientemente adequada.* O que se vê aqui é que a escola precisa correr atrás destes recursos para que essa acessibilidade seja garantida aos alunos PNE. Sendo uma escola municipal é dever do município estas adequações, mas para isso os educadores e gestores precisam lutar para que a mudança aconteça.

Enquanto as outras escolas, de acordo com as professoras estão buscando meios para se adequarem as condições de acessibilidade dos PNE. Porque quando não falta uma coisa,

sempre falta outra, se tem banheiros adequados, o aluno não pode utilizá-lo sozinho porque não tem cadeira para a higiene pessoal deste. E muitas outras: por exemplo, ainda falta a quadra para o acesso de cadeirantes, quadras com cobertura para se trabalhar atividades de mobilidade com alunos cegos e deficiente físico, etc.

Também foi observado na fala das professoras, que as escolas recebem uma verba, mas ainda não está sendo suficiente para o AEE. O poder Público (ou ainda) o Estado até certo ponto faz a sua parte, por exemplo, implantou a sala de recurso como foi afirmado por algumas das professoras e de acordo com elas a sala foi montada com a verba que veio para este fim. Mas o governo deixa a desejar, quanto as verbas disponibilizadas para os materiais para uso específico. Contudo, a escola não pode deixar este projeto de lado, precisa lutar e enfrentar este obstáculo, correr atrás para que este sonho aconteça, é difícil, mas não é impossível.

Sendo assim, precisamos estar cientes de que o futuro destas crianças depende de todos nós e não somente do Poder Público, pois falou-se deste e de suas falhas. Falou-se da família que muitas vezes atrapalham de certa forma os professores devido a não aceitação do AEE.

Portanto afirma-se que as escolas ainda não estão preparadas para o atendimento educacional especializado como deveriam, pois afirmam que os professores do ensino regular ainda não estão preparados para lidar com o “diferente”. Mas sabe-se que estão buscando meios para melhorar este ensino, desde a acessibilidade até a formação das profissionais em AEE. Não podemos afirmar que são todas as escolas que buscam isso, mas as instituições que foram entrevistadas, todas disseram que estão buscando recursos para melhorar a educação dos PNE.

As crianças de amanhã só terão o que nós hoje conseguirmos para elas. Ou seja, a tão desejada escola inclusiva e uma educação de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *O direito de ser, sendo diferente, na escola - por uma escola das diferenças*. UFC / SEESP / UAB / MEC Versão 2010.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira* / Celma dos Anjos Domingues... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Ensaaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas*. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

SARTORETTO, Mara Lúcia. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa* / Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Convenção da Organização dos Estados Americanos. DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *O desafio das diferenças nas escolas*. Boletim 21. MEC, SEESP, 2006.

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial
Salamanca - de 7 a 10 de junho de 1994.

_____, LDB. [LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.](#)

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC, SEESP, 2007.

Ministério da Educação. *DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008*.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. MEC, SEESP, 2001.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Visual*. Brasília: MEC, SEED, SEESP, 2007.

Revista: Salto para o futuro, entrevista com Maria Tereza Mantoan sobre *Escola de atenção às diferenças*. Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=76. Acessado em 05/11/2012

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: *tecendo caminhos da intersetorialidade* / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

REIS, Maria Paula Ivens Ferraz Colares Pereira dos. *A relação entre pais e professores: Uma construção de proximidade para uma escola de sucesso*. Tese de Doutorado: Universidade de Málaga, 2008.

SOUZA, Priscilla Bellard Mendes. *Configuração do mesossistema entre professores e pais de alunos com deficiência*. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belem /Pará, 2009.

ZANINI, Fernanda. *Educação Inclusiva e o papel do professor especialista*.UNESP. Baurú, 2007.

Anexos

Entrevista com a professora A, escola municipal.

1. Sabemos que a escola tem um aluno que possui deficiência visual. Gostaríamos de saber se a escola esta preparada para atender este aluno?

A escola esta buscando meios que possa atender o aluno, ainda que faltam adequações no ambiente.

2. Também já sabemos que a escola tem a sala de recursos. Como são realizadas as aulas para este aluno? Quais os recursos utilizados? Tem material suficiente? Este material é disponibilizado pelo governo (Estadual ou Federal)?

A sala de recurso e feito atendimento diferenciado, o aluno DV, precisa primeiro passar por um longo processo de adaptação ambiental, depois trabalha-se lateralidade ou melhor tudo que possa lhe possibilitar uma vida autônoma, e aí começa a trabalhar pré Braille e outros. Falta muito material o pouco que tenho é confeccionado por mim.

3. O plano nacional de educação é do governo. Existe a verba disponível para o atendimento educacional especializado? O dinheiro disponibilizado é suficiente para atender as necessidades do aluno?

Se vem verbas não é suficiente, pois na sala de recursos que trabalho está tudo defasado.

4. Como é organizado/elaborado o atendimento educacional especializado para as crianças com deficiência? Se os pais, os professores e a coordenação todos participam?

O atendimento é feito 2 vezes por semana, com duração de 3 horas por dia, pais e professores participam sim, através de diálogos.

5. O atendimento Especializado em educação consta no Projeto Político Pedagógica escola?

Sim.

6. A escola tem algum profissional Especializado na área médica para identificar ou diagnosticar se a criança se a criança tem algum problema mental ou físico?

Não. É feito uma triagem na escola e encaminha-se para o médico e assim o mesmo encaminha-se para os especialistas.

7. Os professores das séries comuns se preparando para a inclusão escolar?

Sim.

8. Os pais dos alunos com deficiência participam da vida escolar de seus filhos?

Participam e contribuem mandando seus filhos virem para a escola.

9. Qual é a reação da família ao saber que a escola usa métodos de ensino especializado?

Ficam contentes, pois sabem que seus filhos não ficarão nos cantos das salas de aula e sim terão participação em todas as atividades.

10. Quais as condições de acessibilidade física da escola? Há rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros?

Existem rampas, não adequadas, banheiros não adequados, nenhum tipo de sinalização, enfim falta muito para a escola ser suficientemente adequada.

11. Como é organizado o plano pedagógico do professor comum com relação aos alunos deficientes e quais são os objetivos educacionais e as respectivas atividades que ele propõe a sua turma?

O professor da sala comum deve ter como objetivo incluir o aluno deficiente em sua turma preparando aulas que todos possam participar sem precisar deixar o aluno excluído.

12. Sabemos que a escola é municipal, sendo que o projeto é do governo, a prefeitura tem contribuído com algum recurso para ajudar neste projeto de AEE? Pois como estamos informados a escola [...] é dever do município?

A prefeitura contribui pouco, falta apoio no sentido de estar mais presente na vida desses alunos, sala adequada, climatizar as salas, informatizar a sala e outros.

Entrevista com a professora B, escola municipal.

1. A escola tem alunos com deficiência? De que tipo?

A escola [...] hoje ela tem três alunos. Dois deficientes com deficiência intelectual, paralisia cerebral e deficiência física que é considerado deficiência múltipla.

2. A escola possui materiais adequados para atender estes alunos deficientes?

Alguns, porque na maioria dos materiais para estar atendendo os alunos são os próprios professores mesmo, principalmente os da sala de recursos em que recebe um curso especializado, onde ele aprende a confeccionar o material, adaptar de acordo com a necessidade do aluno.

3. Existem profissionais especializados para o atendimento destes alunos?

Aqui nesta escola? Aqui na escola tem eu, e assim num apanhado maior a gente faz bastante capacitação, estudo na sala do professor referente a inclusão, tanto da deficiência intelectual como na deficiência física, e temos também o professor [...] que está também buscando formação nessa área.

4. Os professores comuns estão preparados para atender os alunos com deficiências?

Na verdade, o professor nunca está preparado, né? Ele sempre tem que buscar, porque cada aluno é um desafio pra gente, né? Mesmo os alunos sem deficiência, agora imagina os aluno com deficiência. [...] o professor nunca ta preparado pra trabalhar nem com o normal, né? Então, a gente tem que sempre estar buscando informação, preparação e ler muito sobre. Principalmente quando a gente recebe o aluno dependendo da deficiência que ele tem você vai buscar em cima especificamente em cima daquela deficiência e das características que apresenta aquele aluno pra você está capacitando em cima e procurar atender ele de acordo com a ação a necessidade dele. [...].

5. Qual é a sua especialização?

Fiz braille, pra trabalhar com cegos, já estudei, já fiz curso na área do atendimento educacional especializado em que faça todas as deficiências, inclusive com transtornos globais de desenvolvimento e o aluno com deficiência visual e baixa visão.

6. Como são realizadas as aulas para este aluno? Quais os recursos utilizados?

Depende da deficiência no nosso caso aqui, nós temos o aluno com deficiência múltipla que é deficiente físico e ele sofreu de paralisia cerebral, como ele é um aluno que não escreve, não consegue usar caneta devido a sua coordenação ser comprometida ele escreve no computador. Então nós temos um computador pra ele, que a sala de recursos recebeu, [...] ele leva para a sala de aula. [...] a gente está providenciando um para o uso pessoal dele. Agora ele já consegue copiar algumas palavras. Aqui na sala a gente faz a transformação de letras pra ele conseguir copiar do quadro, a gente engrossa o lápis, faz pautas largas, adapta o

caderno, adapta a folha na prancha pra segurar, pra fixar a folha da atividade dele. Isso ajudou em alguns aspectos, mas vimos que não era suficiente, por isso achamos melhor ele usar o computador.

7. Como é organizado o plano pedagógico para os alunos especiais do professor comum e quais são os objetivos educacionais e as respectivas atividades que ele propõe a sua turma?

Um planejamento para a turma toda. O que pode ser feito é diferenciar a atividade. É igual eu disse para você, talvez tenha uma atividade que os alunos vão copiar do livro ele ainda não sabe, então ele vai copiar do quadro e a professora vai fazer a leitura pra ele trabalhar a oralidade, o que muda é a metodologia, mas o conteúdo é o mesmo.

8. A escola tem algum profissional Especializado na área médica para identificar ou diagnosticar se a criança se a criança tem algum problema mental ou físico?

Ainda não. Nós não temos, a gente recebe mesmo é o relatório médico, o diagnóstico médico.

9. Após vocês ver o relatório médico, se a criança precisar de um psicólogo, por exemplo, elas têm acompanhamento deste?

Sim, aquele que passa pelo neurologista, depois passa pelo psicólogo, depois a gente leva a fono pra ver se tem alguma necessidade de fala. Esse tipo de acompanhamento é mais pela área da saúde não tem esses profissionais na escola. Quando a gente quer avaliar uma criança, a gente faz uma avaliação psicopedagógica. [...] Eu mesmo faço isso direto eu sou uma professora que já fiz especialização na área do AEE, sou uma psicopedagoga, então quando a gente tem um aluno na sala e o professor traz queixa dele sobre dificuldade de aprendizagem o que pode ser feito, [...] aqui eu faço juntamente com os professores uma prévia, um diagnóstico, uma avaliação diagnóstica.

10. Quais as condições de acessibilidade física da escola? Há rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros?

Sim. Nós temos as rampas, nós temos um banheiro adaptado, embora o aluno não use o banheiro sozinho devido ele precisar da cadeira para a higiene, que ainda nós não temos. É uma luta nossa em busca deste equipamento, mas a escola tem rampas, tem o corrimão no banheiro, nós não temos aqui a quadra, a quadra com o acesso para o cadeirante, ainda falta.

11. Os recursos que são enviados pelo governo dão conta de atender as necessidades dos alunos com deficiência?

Os recursos vêm de acordo com o censo, o aluno é matriculado no censo, colocado ali pela deficiência, então esse material vem. O aluno que tem deficiência intelectual, o material que a gente tem no caso mesmo de orientação é enviado pelo MEC é de leitura e os outros materiais nós confeccionamos.

12. Mas a verba é suficiente?

Não. Ele não vem especificado. Tem um plano de acessibilidade que nós o perdemos, a gente não conseguiu arrecadar o recurso. Então, nós não o tivemos aqui. O recurso mesmo especificado para acessibilidade da escola ainda não tivemos.

13. Porque vocês perderam este recurso?

Acho que foi devido a atas, a prestação de contas, teve um pequeno erro e aí o tempo passou e a gente não conseguiu.

14. Os pais participam da vida escolar dos alunos deficientes?

Sim, principalmente as mães.

15. Qual é a reação da família ao saber que a escola usa métodos de ensino especializado?

A gente trabalha bem com a família. É no conversando com a família e mostrar que aquilo ali é possível. Aí acontece que a família passa a acreditar na escola, no profissional porque é isso que a gente tem que passar para elas (família). A família tem que saber a importância da inclusão. Ela tem que saber que o filho dela tem que levar bolada. Então isso é importante. No início a gente teve preocupação enquanto aos pais, porque tinha mãe que não queria deixar o filho na escola sem a presença dela e como a gente foi trabalhando aos poucos com elas agora elas só vem quando são chamadas. [...] a gente observa que elas acreditam em nós.

16. Os professores da sala do ensino regular procuram saber dos pais como eles ensinam ou se comunicam com o aluno especial em casa?

os professores da sala de aula. Não detectamos essa preocupação não. Mas eu enquanto professora da sala de recurso, eu faço. Eu pego esse aluno novo, porque eu quero conhecer a necessidade dele. Porque para gente trabalhar com um aluno especial eu preciso fazer o plano de atendimento, ele é específico e pra mim fazer este plano eu preciso conhecer o aluno. E pra conhecer o aluno, a gente precisa ir na casa conhecer a família, a forma como ela é conduzida em casa, a brincadeira, a alimentação, a medicação, então a gente tem que conhecer a criança.

17. Sabemos que a escola é municipal, sendo que o projeto é do governo, a prefeitura tem contribuído com algum recurso para ajudar neste projeto de AEE? Pois como estamos informados a escola [...] é dever do município?

Quando você pede sim. Porque a prefeitura precisa saber do que a gente vai precisar. A gente procura quando precisa de alguma coisa, se for do alcance sim. Porque a sala de recurso quando é implantado numa escola vem com toda a estrutura, ela já vem montada, já vem o recurso do MEC. Aí sobra pouco para a prefeitura. Porque a prefeitura entra mesmo é com o espaço e a capacitação profissional.

Entrevista com a professora C, escola estadual.

1. A escola tem alunos com deficiência? De que tipo?

Nós temos desde de déficit intelectual a baixa visão, nós temos deficiência intelectual, nós temos baixa visão, temos esquizofrenia, temos paralisia discinética, transtornos globais, transtorno do déficit de atenção, hiperatividade e atrofia cerebral.

2. Para estes casos que já existem vocês possuem materiais adequados para o atendimento?

Não muitos. Esse é o grande problema nosso, eu acho. Na verdade, não é o da escola [...] eu acredito que seja o das escolas Estaduais. Nas escolas Municipais também, porque na verdade (a escola) nunca está preparada com material para receber esses meninos. Então, o material que a gente usa aqui é o que a gente faz. Vem alguma coisa do governo. A escola compra mais alguma coisa com o recurso que vem. [...] A verba disponibilizada não dá. Porque não vem um material específico pra sala de recurso, vem uma coisa ou outra. Esse ano, agora tem uns dois ou três meses nós recebemos dois, três jogos de baixa visão e cegueira, mas fomos receber agora. Nós já estamos em que, em outubro, isso foi o mês passado. Isso foi setembro, então, a sala de recurso já existe desde o ano passado.

3. Qual é a sua especialização?

Em educação especial. Em 2005 eu fiz minha pós em educação especial e agora eu fiz uma prova chamada Apest. E agora sou interprete (libras), nós temos apenas uma criança surda, ela não é da escola, mas ela tem que ser atendida no local mais próximo da residência. Ele é aluno ainda da creche.

4. A senhora é a única profissional especializada em educação especial na escola?

Eu acredito que seja. Eu não sei te falar cem por cento de certeza se os demais aí cada um na sua área se tem especialização voltada para a educação especial.

5. Os professores comuns estão preparados para atender os alunos com deficiências?

É pra falar a verdade? Eu acho que o professor, na verdade não é só aqui. Eu acho que o professor de um modo geral, é a nível de Brasil, não ta preparado para lidar com o diferente. E esse deficiente que eu falo, não é nem o aluno especial, o aluno PNE, mas com aquele aluno problemático, com aquele aluno que vem de uma realidade diferente. O profissional lá da sala não ta preparado pra isso. E outra coisa que eu vejo que não dá certo. Quando fazem o planejamento no começo do ano, seguir aquilo lá, eles (alunos) não são únicos, eles não são todos iguais ou aprendem da mesma forma, da mesma maneira, né? Então, tem que mudar isso e nem todo mundo tem essa disponibilidade, ou tem essa vontade de ir lá e refazer o planejamento, de ir lá e rever isso.

6. Quais os recursos e materiais utilizados para ajudar os alunos PNE que existem nesta escola?

Com este menino que é surdo além de eu ter os dicionários porque ele é surdo os dicionários porque eu uso no meu curso e tenho o material já pra mim mesmo e uso aqui, trago pra escola o material que eu tenho. A gente faz aqui o material confeccionado, eu faço procuro na internet, pesquiso, e assim nós vamos trabalhando, nós trabalhamos quebra cabeça, nós trabalhamos jogos no próprio computador usando a internet. A gente trabalha muito filme pra que eles recontem a história. Então nós trabalhamos com esse material pedagógico.

7. A escola tem algum profissional Especializado na área médica para identificar ou diagnosticar se a criança se a criança tem algum problema mental ou físico? Porque pode ocorrer da criança ser diagnosticada como, por exemplo, sendo uma criança imperativa e ela não ser?

Não tem. É verdade. Eu tenho um caso aqui na sala. A criança tem um laudo de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, mas a gente vê que ele não tem isso, porque esse é um diagnóstico que não é eu chegar lá com sarampo e o ele (Médico) olhar pra mim e dizer você tá com catapora, é um processo, né? É uma investigação, ele vai atender a criança hoje, vai encaminhar para um psicólogo, vai na casa conversar com a família, isso demanda tempo. [...] Porque não está escancarado, muitas vezes a criança tem é falta de limite, que é o caso desta que nós temos, vem de uma família onde tudo é permitido, chega na escola começa a ter conflito. Então, quando foi lá no médico e o médico deu esse laudo era tudo que a mãe queria para justificar o que ela não fazia, o que ela não faz. A gente vê que a criança não tem nada. Quem sou eu também, que não sou médica, não sou nada, mas assim olhando a olhos nus, a gente fala que a criança não tem nada, a gente não vê problema de hiperatividade, agente não vê problema de atenção, a gente vê é falta de limite.

8. Vocês encaminham a criança quando necessário ao psicólogo?

Encaminhamos. Acompanhamos. Por exemplo, eu tenho um menino com deficiência mental, e esse quando vai às consultas eu vou junto com a família, pra acompanhar as consultas, pra ver o que passa de medicamentos.

9. Os pais dos alunos com deficiência participam da vida dos filhos?

A grande maioria participa eu não tenho essas queixas não. Eles comparecem quando chamam, quando acontece alguma coisa. Quanto a isso tranquilo.

10. Qual é a reação da família ao saber que a escola usa métodos de ensino especializado?

Tem mãe que não aceita. Não aceita. Eu tenho um menino que ele frequenta a sala aqui. Ele só não tem a mãozinha esquerda, nasceu sem a mãozinha esquerda, má formação, a mãe teve rubéola, mas ele tem algo a mais, mas ela não aceita, ela não se conforma, ela fica brava, ela acha ruim, quando a gente fala, ___olha a senhora já

levou para fazer uma consulta? Vê se de repente tem mais alguma coisa, ela não gosta, ela já falou, ela não gosta que utilize estes recursos nem para mobilidade, muitas vezes a maioria delas não aceitam, não aceitam mesmo. Uma professora me contou um caso que agora o menino está frequentando a sala de tanto ela falar no ouvido da mãe, todo dia ela falava e a mãe tratando ela mal, até que ela colocou a mão na consciência e levou o menino ao médico. Foi ver, foi fazer tudo, no laudo foi comprovado que ele já nasceu com problema mesmo e ela sabia disso quando ele nasceu. Porque ele nasceu com o osso da cabeça formada, então ele não tinha essa molera que a criança nasce, então não tinha espaço para o cérebro crescer, e assim que ele nasceu tirou uma faixa de osso pra poder abrir, pra poder crescer e aí ele ficou com retardo mental. Agora ele frequenta a sala, tá bem tranquilo. Mas ela não aceitava.

11. Quais as condições de acessibilidade física da escola? Há rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros?

Tem. O governo há uns quatro anos atrás ele fez essa acessibilidade nas escolas, foi encaminhado verbas e foi feita a acessibilidade.

12. Como é organizado o plano pedagógico para os alunos especiais do professor comum e quais são os objetivos educacionais e as respectivas atividades que ele propõe a sua turma?

O mesmo planejamento que ele usa é como eu acabei de falar pra você. Então quando ele faz o planejamento lá ele ainda não sabe quem é o público dele, ele ainda não sabe quem vai ser atendido lá, e esse planejamento é um só pra trinta, vamos imaginar uma sala com trinta é um só pra trinta, não existe um planejamento específico. Aqui na sala de recursos a gente faz o planejamento específico pra cada deficiência, o que vou trabalhar? [...] então eu tenho um planejamento pra um, pro outro, pro outro. A gente entende que eles não vão aprender da mesma forma e com os mesmos materiais não vai dar certo.

13. Os professores procuram saber dos pais como eles ensinam ou se comunicam com o aluno especial em casa?

no meu caso sim. Porque já faço isso regularmente, eu vou nas casas uma vez por mês, uma vez a cada dois meses dou um jeito de ir, pra visitar, pra ver o que eles (Pais) estão achando, se teve desenvolvimento, se não teve. Mas o professor da sala de aula já não procura. Só quando acontece alguma coisa, [...] mas a função da sala de recurso é realmente essa de interagir com a família, trazer a família para a escola.

14. Como é organizado/elaborado o atendimento educacional especializado para as crianças com deficiência? Os pais, os professores e a coordenação, todos participam?

Não participam. Talvez seja até uma falha minha ou da escola, não sei. Mas não participam. Quando eu vou na casa aí eu falo, vai acontecer isso e isso. A gente

trabalha assim e assado, explico. Mas falar que eles participam, vamos fazer assim que fica melhor, vamos fazer assado que fica melhor, não.

15. O atendimento especializado em educação consta no Projeto Político Pedagógico da escola?

Sim, faz parte.

16. Mas se faz parte os professores não deveriam também ajudar nesta jornada?

É mais complicadinho [...]. O professor não tá preparado pra isso, [...] e o que acontece muitas vezes, o professor, ele não quer sair do conforto da vida dele pra vir atrás disso, pra ver isso, não quer entrar na realidade do aluno. Ele só quer ir lá fazer o serviço dele, virar as costas e ir embora. [...] então muitas vezes, as pessoas não tão e não querem, né? Não tá afim mesmo de sair de seu conforto do seu lar, da sua casa, das suas coisas e ir atrás disso.

17. E por ter um profissional especializado os professores acham que dever é dele?

Aí, justamente. [...] o que acontece..., a sala de recurso tá lá pra isso. E qual a função da [...] a função da [...] é essa. Então pra que eu vou fazer se a função dela é essa [...]. Mas eu vejo que não é aqui no [...] isso é geral porque eu converso com as outras meninas de outras escolas, lá acontece a mesma coisa, as mesmas dificuldades que eu enfrento aqui elas enfrentam lá.

18. Os professores como você disse, faz um plano só para trinta alunos e dentro da sala tem um aluno deficiente. Como eles fazem para inteirar o aluno daquela atividade? Eles passam atividades diferenciadas? Ou os alunos vão ali para cumprir o horário?

Diferente. Atividades diferenciadas, então ele já saiu do planejamento.

19. Mas aí não é inclusão, é?

Na verdade, eu vejo que a inclusão não existe. A inclusão está só no papel. Só literalmente no papel, porque de fato a inclusão não existe.

Entrevista com a professora D, escola estadual.

1. A escola tem alunos com deficiência? De que tipo?

Sim, a escola atende crianças com surdez, deficiência intelectual e física.

2. A escola possui materiais adequados para atender este alunos deficientes?

Sim, há materiais disponibilizados pelo MEC e uma verba para a compra destes materiais.

3. Existem profissionais especializados para o atendimento destes alunos?

O atendimento educacional especializado realizado na sala recursos multifuncional nas escolas é realizado por professores com formação especializada na educação especial.

4. Os professores comuns estão preparados para atender os alunos com deficiências?

O atendimento tem melhorado, mas os próprios cursos de formação de professores tem deixado a desejar quanto essa sensibilização ao lidar com os alunos com deficiência.

5. Quais os recursos utilizados para ajudar a criança portadora de deficiência ?

Jogos lúdicos, jogos on-line, CD- ROM, materiais ampliados, atividades em libras, sites educativos, confecção de materiais para as várias deficiências.

6. A escola tem algum profissional Especializado na área médica para identificar ou diagnosticar se a criança se a criança tem algum problema mental ou físico?

A identificação do problema físico não precisa ser diagnosticado, já o problema intelectual a Seduc não disponibiliza este funcionário.

7. Os pais dos alunos com deficiência participam da vida escolar de seus filhos?

Os pais dos participam pouco da vida escolar, bem como os dos ditos “normais”.

8. Qual é a reação da família ao saber que a escola usa métodos de ensino especializado?

Alguns pais não compreendem este atendimento diferenciado, outros fazem questão, pois percebem as mudanças em seus filhos.

9. Quais as condições de acessibilidade física da escola? Há rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros?

As escolas do estado precisam se adequar a essas condições o que já está sendo feito para a acessibilidade.

10. Como é organizado o plano pedagógico para os alunos especiais do professor comum e quais são os objetivos educacionais e as respectivas atividades que ele propõe a sua turma?

Em nossa escola no projeto sala do professor já discutimos sobre o A.E.E e o atendimento de forma diferenciada desses alunos. Os professores contam com a ajuda e orientação dos professores da A.E.E.

11. Os professores procuram saber dos pais como eles ensinam ou se comunicam com o aluno especial em casa?

No começo do ano letivo muitos pais comparecem a escola e há este dialogo sobre o aluno, quando não temos este conhecimento ligamos para os pais dos alunos especiais.

12. O plano nacional de educação especial é do governo. Existe a verba disponível para o atendimento educacional especializado? O dinheiro disponibilizado é suficiente para atender as necessidades do aluno?

Existe a verba, mas como tudo que é disponibilizado para a educação, não é suficiente.

13. Como é organizado/elaborado o atendimento educacional especializado para as crianças com deficiência? Os pais, os professores e a coordenação, todos participam?

O atendimento educacional especializado é realizado na sala de recursos multifuncional, a Seduc orienta os professores do AEE, que são contemplados com dez hora/atividade para dispor de um tempo para atender os pais e professores.

14. O atendimento especializado em educação consta no Projeto Político Pedagógico da escola?

O PPP contempla este atendimento e conta com a participação não só de professores e coordenadores, mas também com pais dispostos a participar e discutir sobre os projetos e metas da escola.